

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ

BOLETIM N.º 6

A CONQUISTA DA AMAZÔNIA

REFLEXOS NA SEGURANÇA NACIONAL

RUBENS RODRIGUES LIMA

ENG.º AGR.º

Professor da F.C.A.P., em RETIDE

1973

BELEM - PARÁ - BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Ministro : Senador JARBAS GONÇALVES PASSARINHO

FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ

Diretor : Eng.º Agr.º Elias Sefer

Vice-Diretor : Eng.º Agr.º Virgílio Ferreira Libonati

* * *

Chefe da Unid. de Apoio Didático :
Eng.º Agr.º Francisco B. Pereira

Subchefe da Unid. de Apoio Didático :
Eng.º Agr.º Emir C. El-Husny

* * *

Chefe do Dept.º de Engenharia :
Eng.º Agr.º Francisco B. Pereira

Subchefe do Dept.º de Engenharia :
Eng.º Agr.º José de S. Rodrigues

Chefe do Dept.º de Fitotecnia :
Eng.º Agr.º Humberto M Koury

Subchefe do Dept.º de Fitotecnia :
Eng.º Agr.º Batista B. G. Galzavara

Chefe do Dept.º Fitossanitário :
Eng.º Agr.º Miracy Garcia Rodrigues

Subchefe do Dept.º Fitossanitário :
Eng.º Agr.º João F. Batista

Chefe do Dept.º de Química :
Q. I. Hilkiás Bernardo de Souza

Subchefe do Dept.º de Química :
Eng.º Agr.º Natalina T. da Ponte

Chefe do Dept.º de Zootecnia :
Méd. Vet. Mário Dias Teixeira

Subchefe do Dept.º de Zootecnia :
Eng.º Agr.º Carlos A. M. de Melo

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ

BOLETIM N.º 6

A CONQUISTA DA AMAZÔNIA
REFLEXOS NA SEGURANÇA NACIONAL

RUBENS RODRIGUES LIMA
ENG.º AGR.º
Professor da F.C.A.P., em RETIDE

1973
BELÉM - PARÁ - BRASIL

ÍNDICE

1. A CONQUISTA NO SÉCULO XVI

1.1. A conquista do Estado do Belém. Expedição de Francisco de Sá e Menezes. Desenvolvimento das atividades econômicas. Relações comerciais de integração com o interior. A descoberta da mineração. Invasão do sul na Serra do Marajó. 7

2. A CONQUISTA NO SÉCULO XVIII

2.1. Expedição de sustentação do Estado brasileiro. Invasões da costa no Pará. Guerra de Castilho de São Paulo no Rio Negro. Invasão do sul nos Campos do Jordão. 11

ESTE BOLETIM, DE RESPONSABILIDADE EDITORIAL DA FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ, MERECEU O APOIO FINANCEIRO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA — SUDAM.

3. A CONQUISTA NO SÉCULO XIX

3.1. A conquista do Acre. A expedição de João Manuel de Azevedo. Relações de comércio exterior no governo de D. A. Ingresso japonês. 15

4. A CONQUISTA NA ATUALIDADE

4.1. Instrumentos de Ação do Governo: SUDAM e SUDPA. Estrutura das Unidades e Territórios. Níveis planejados para a produção. As Colônias Agrícolas de Fomento. Os caminhos e a indústria privada. Os desafios de integração da Amazônia. 17

5. REFLEXOS DA CONQUISTA DA AMAZÔNIA NA ORGANIZAÇÃO NACIONAL

5.1. Contexto recente da República Nacional. 21
5.2. Fatores geradores de organizações para a Segurança Nacional na Amazônia. 22

ÍNDICE

	Pág.
INTRODUÇÃO	7
 I — RESUMO HISTÓRICO	
A CONQUISTA NO SÉCULO XVII	
Fundação da Cidade de Belém. Expulsão de invasores e expansão territorial. Descoberta das drogas e especiarias. Primeiras tentativas de colonização com imigrantes estrangeiros. Introdução do boi na Ilha de Marajó.	9
A CONQUISTA NO SÉCULO XVIII	
Concessão de sesmarias no Estuário Amazônico. Introdução do café no Pará. Criação da Capitania de São José do Rio Negro. Introdução do boi nos campos do Rio Branco	11
A CONQUISTA NO SÉCULO XIX	
Novas tentativas de colonização com imigrantes estrangeiros. A vulcanização da borracha. A seca no Nordeste em 1877 e o povoamento dos seringais. O aproveitamento de nordestinos nas colônias agrícolas	13
A CONQUISTA NO SÉCULO XX	
A conquista do Acre. A estrada de ferro Madeira-Mamoré. Reflexos da II Guerra Mundial no povoamento. A imigração japonesa	22
 II — A CONQUISTA NA ATUALIDADE	
Instrumentos de Ação do Governo: SUDAM e INCRA. Governos dos Estados e Territórios. Novas perspectivas para a colonização. As Colônias Militares de Fronteira. Os estímulos à iniciativa privada. As estradas de integração da Amazônia	31
 III — REFLEXOS DA CONQUISTA DA AMAZÔNIA NA SEGURANÇA NACIONAL	
Conceito moderno de Segurança Nacional	51
Fontes geradoras de preocupações para a Segurança Nacional na Amazônia	52

Introdução

A FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ (FCAP), em obediência aos dispositivos legais contidos no Decreto-Lei n.º 869, de 12 de setembro de 1969 e Decreto n.º 68.065, de 14 de janeiro de 1971, passou a ministrar, a partir de 1971, para os alunos cursantes dos dois últimos semestres dos ciclos de formação profissional, a disciplina "Educação Moral e Cívica", desenvolvida sob a forma de "Estudos de Problemas Brasileiros", adotando como metodologia a realização de palestras sob temas de interesse nacional, realizadas por professores da Faculdade e outras pessoas especialmente convidadas.

Coube ao autor desta publicação, na qualidade de professor titular da FCAP, proferir palestras sobre o tema: CONQUISTA DA AMAZÔNIA E REFLEXOS NA SEGURANÇA NACIONAL, sugerido pela coordenadoria do curso.

Tais palestras despertaram grande interesse entre os estudantes, oferecendo-lhes oportunidade de examinar os fatos de maior relevo na ocupação da Amazônia, bem como observar e refletir sobre a importância dessa conquista na Segurança Nacional. Daí a Faculdade ter achado por bem solicitar ao autor que organizasse um trabalho para publicação em Boletim, objetivando com isso, não só o acompanhamento da matéria pelos alunos de turmas vindouras, como também divulgar o assunto que, em última instância, é de interesse de todo brasileiro.

A presente publicação foi organizada de forma resumida e o mais claro possível, abrangendo apenas três partes consideradas essenciais: a primeira delas, constituída de um "Resumo Histórico", contém os principais acontecimentos relacionados com a posse da Amazônia Brasileira, desde seus primórdios no século XVII até a primeira metade de século XX; a segunda, intitulada a "Conquista na Atualidade", na qual se procura ressaltar as linhas de ação do Governo para alcançar esse objetivo e, finalmente, a terceira, em que são examinados os reflexos dessa conquista na Segurança Nacional.

I - Resumo Histórico

Uma visão panorâmica da história da conquista e ocupação da Amazônia, põe logo em evidência que o ingente esforço da Coroa Portuguesa, nas terras situadas ao Norte do Domínio caracterizou-se, inicialmente, pela execução de férrea e obstinada política de expansão territorial e preservação da soberania lusitana, despertada pelas constantes invasões de aventureiros de outros países europeus, os quais, insuflados pelos respectivos governos, já se empenhavam na invasão da mesmas terras. Só mais tarde puderam os portugueses dedicar-se a outras atividades produtivas.

No decorrer dos três séculos por que se prolongaram as investidas de ocupação da Amazônia pelos nossos antecessores, muitos foram os acontecimentos aqui desenrolados. Nas linhas que se seguem relembramos, pela ordem cronológica, os de maior destaque.

A CONQUISTA NO SÉCULO XVII

Fundação da Cidade de Belém, expulsão de invasores e expansão territorial. Descoberta das drogas e especiarias. Primeiras tentativas de colonização com imigrantes estrangeiros. A introdução do boi na Ilha de Marajó.

A fundação da Cidade de Belém, a 12 de janeiro de 1616, por FRANCISCO CALDEIRA CASTELO BRANCO, e as operações de caráter militar que se sucederam a esse fato, bem demonstram a firme decisão dos portugueses de expulsar os invasores e de expandir ao máximo as linhas de fronteira.

Tendo como base de operações a cidade recém-instalada, iniciaram a luta contra ingleses, holandeses e franceses, muito especialmente estes últimos, cujas pretensões se estendiam a toda a área ocupada pelo Território do Amapá. Essa luta tiveram de enfrentar sozinhos, nem sequer contando com o concurso dos índios, pois os invasores que aqui já se encontravam criavam contra os portugueses uma profunda animosidade entre os silvícolas, de modo a tê-los sem-

pre como aliados [15]. Pagavam caro, assim, pelo abandono de quase um século, em que deixaram o extremo setentrional do Domínio, distraídos como estavam com a conquista e ocupação do Sul.

Paralelamente a essa campanha na faixa litorânea, repleta de notáveis episódios, expandiram a nossa linha de fronteira, deslocando-a para o Oeste, até onde puderam subir ao longo do Amazonas e dos seus principais afluentes, construindo fortins em pontos estratégicos avançados, ainda hoje de difícil acesso, preparando-se para a defesa e garantia da posse das áreas ocupadas, em contraposição à política de expansão que a Espanha desenvolvia naquelas lonjuras, mas em sentido inverso. (Gravura n.º 1).

Surgiram em consequência dessa política de expansão territorial e ocupação militar, os primeiros núcleos de povoamento da Amazônia, muitos dos quais ainda hoje existem, transformados em centros urbanos ou ocupados por Unidades Militares de Fronteira.

Tais núcleos, espalhados por todo o território amazônico, e as expedições feitas para a sua consolidação, proporcionaram contatos dos expedicionários com os recursos naturais da região e deram ensejo ao descobrimento de essências e produtos florestais. Essa descoberta, aliada à importância que as drogas e especiarias desfrutavam na Europa, bem como o grau superlativo das notícias divulgadas, despertaram o interesse da Coroa pela exploração dessas riquezas e contribuíram para atrair outros contingentes de povoamento.

SAMUEL BENCHIMOL [2] ao comentar o valor dessa descoberta diz que "a despeito de sua pouca importância, as drogas e especiarias amazônicas tiveram a virtude de revelar a Amazônia para o mundo exterior, propiciando o estabelecimento dos primeiros veículos comerciais entre a metrópole e a região, bem como facilitando a penetração e o descobrimento dos rios da hinterlândia".

As lutas travadas contra invasores no litoral, e a necessidade de impedir a penetração dos espanhóis pelo Oeste, as quais se prolongaram por quase três quartos do século XVII deixavam pouco tempo aos pioneiros para se dedicarem a atividade de natureza efetivamente produtiva.

A pura e simples ocupação militar tampouco a comercialização das drogas e especiarias eram suficientes para assegurar o domínio português na área, tornando-se, portanto, necessário atrair contingentes populacionais que, dedicados à lavoura, se tornassem capazes de garantir a subsistência dos núcleos pioneiros, assim como o seu desenvolvimento demográfico e econômico.

Ao iniciar-se o último quarto do século XVII, com aquele objetivo, "chegavam a Belém 50 famílias de colonos procedentes da Ilha dos Açores, seguidos mais tarde por outras levas dos chamados

procuradores voluntários, em parte representados por aventureiros e vadios de toda espécie, de permissão com criminosos degredados" (5), os quais concorreram, em grande parte, para o insucesso dessa primeira tentativa de colonização, mas novas investidas foram feitas, comprovando a férrea disposição dos portugueses de implantar na região uma economia alicerçada na agropecuária.

Ainda no final do século, em 1680, com a introdução do gado vacum na Ilha de Marajó, dava-se um grande passo para o que viria a se transformar no maior centro pecuário da região, pois o desenvolvimento do rebanho não se fez esperar. Em 1692, segundo Caio Prado Junior, citado em trabalho de CATHARINA VERGOLINO DIAS(7), já estava bem instalada na ilha a primeira fazenda de criação. Em 1750 o rebanho atingia 480.000 cabeças. Em 1783 o número de fazendas elevava-se para 153, aumentando para 226 em 1803, com um total de 500.000 cabeças.

A CONQUISTA NO SÉCULO XVIII

A concessão de sesmarias no Estuário Amazônico. Introdução do café no Pará. A criação da Capitania de São José do Rio Negro. Introdução do boi nos campos do Rio Branco.

Em 1709 iniciava-se a concessão de sesmarias no Estuário Amazônico. Os primeiros contemplados foram alguns moradores de Belém, bem como os colonos já estabelecidos e que mais produziam nas tentativas anteriores de colonização (5). As sesmarias deram origem a numerosas fazendas, cujas ruínas ainda hoje atestam o grau de prosperidade que atingiram. Dentre elas destacaram-se as fazendas Pernambuco, Oriboca, Utinga e Tucunduba, no Rio Guamá e fazenda Pinheiro, na entrada da Baía de Guajará. Em todas elas empregava-se o índio e o negro escravos como trabalhadores braçais.

Essas fazendas, bem como as aldeias e núcleos de colonização fundados desde o Século XVII pelas Missões Religiosas de Jesuítas, Carmelitas e Franciscanos, desempenharam papel de relevo nesse período (Gravura n.º 2).

A ação dos missionários foi inicialmente apenas de caráter religioso, dirigindo aldeias e procurando trazer o índio à vida cristã e ao convívio dos portugueses, defendendo-os sempre, tanto quanto o puderam fazer, da obstinação dos lusitanos em escravizá-los. Veio em seguida a fase econômica de sua influência, quando passaram a pro-

curar recursos, não apenas para as necessidades da catequese, mas também para a autonomia missionária a que tendiam, buscando os meios de criar, educar e formar na própria terra os futuros missionários, obra que não poderia fazer-se sem avultados recursos ⁽¹⁰⁾. Gibirí, Ibirajuba e Jaguari, esta última no Rio Mojú, foram três das fazendas religiosas que mais se destacaram, todas dotadas de engenho e com extensas plantações de cana e cacau.

As ruínas da antiga Fazenda Murutucu, fundada pelos padres Carmelitas, situadas em terras hoje pertencentes ao Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Norte (IPEAN), e os vestígios de moendas de engenho, fornalhas, canais de irrigação e drenagem, bem como de instalações para o aproveitamento da força hidráulica das marés, são provas evidentes de que essa fazenda, há mais de dois séculos, já desenvolvia uma lavoura canavieira próspera ⁽¹¹⁾.

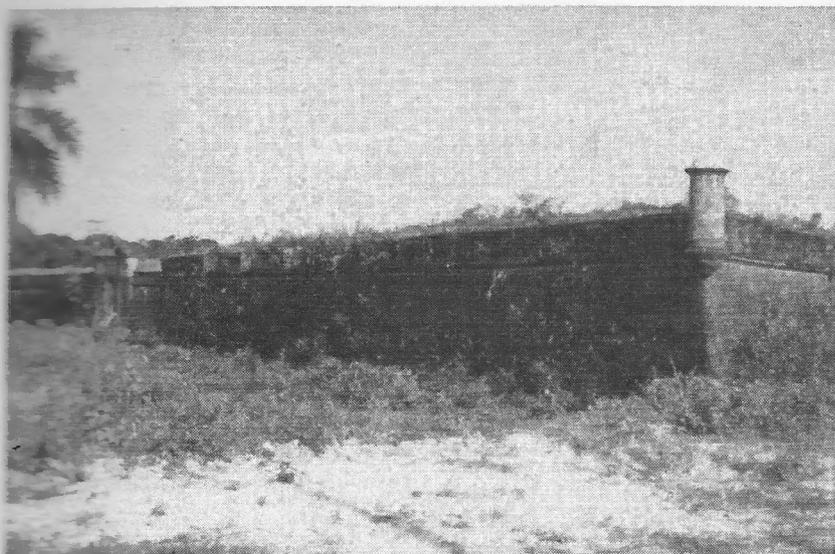
Em 1726, FRANCISCO DE MELO PALHETA introduziu sementes de café no Pará, trazidas da Guiana Francesa, cuja cultura disseminou-se de tal modo que, quinze anos depois, a Comarca de S. Luiz, em mensagem encaminhada à Corte, pedia que fosse proibida a entrada de café estrangeiro no reino, para favorecer essa cultura no Maranhão ⁽¹²⁾.

Difícilmente seria possível prever a importância que o café viria a ter não só para a fixação de colonos na região, nos períodos subsequentes, como mais tarde para o próprio País. A verdade é que em 1748 já existiam no Pará mais de 17.000 cafeeiros e em 1767 "o jesuíta JOÃO DANIEL, missionário no Amazonas, afirmava que as culturas nesta região se iam estendendo, elevando a muitas mil arrobas a exportação do café para a Europa" ⁽¹³⁾.

A capitania de São José do Rio Negro, fundada em 1755, cujos "limites com os espanhóis iriam até onde fossem as raias dos domínios destes" tornou-se por sua vez o centro de onde partiriam as investidas para a ocupação do interior da Amazônia, através da implantação de novos núcleos no Rio Negro, Médio Amazonas, Solimões e no Rio Javari, onde se procurava incrementar a cultura de gêneros alimentícios e de lavouras comerciais tais como o café, o cacau e o tabaco. Esses núcleos mais tarde transformar-se-iam nas Vilas de Barcelos, Tovar, Moura, Serpa, Silves, Borba, Ega, São Paulo de Olivença e São José do Javari ⁽¹⁴⁾.

Segundo ARTUR CEZAR FERREIRA REIS, o censo realizado em toda a Capitania do Rio Negro, no ano de 1790, acusou 12.964 habitantes e as culturas comerciais dentro da jurisdição da mesma capitania alcançavam os seguintes níveis de desenvolvimento ⁽¹⁵⁾.

Café	220.920 pés
Cacau	90.350 "
Tabaco	47.700 "



Gravura n.º 1 — Forte Príncipe da Beira — Rio Guaporé



Gravura n.º 2 — Ruínas da Fazenda Murutucu. IPEAN - Belém, Pará.

Em 1776 foi introduzido o boi nos campos do Rio Branco, o que resultou no povoamento daquela imensa área de vocação nitidamente pecuária.

A pertinácia em acelerar o ritmo do povoamento em toda a extensão territorial, delineada desde o século anterior, o que só seria possível com novos agrupamentos humanos — sentinelas avançadas de ocupação — forçava permanente diluimento em toda a área do reduzido efetivo nela existente, tornando ainda mais inexpressivo o contingente populacional dos principais centros urbanos. A cidade de Belém, por exemplo, 223 anos depois de sua fundação, ou seja, em 1839, tinha apenas 9.845 habitantes, dos quais 6.613 nacionais livres, 2.439 escravos e 433 estrangeiros. A Cidade de Manaus, em 1865, era habitada por 2.080 pessoas, sendo 844 brancos, 480 pardos, 700 índios e 56 negros. Entre os brancos estavam incluídos 168 estrangeiros (4).

A CONQUISTA NO SÉCULO XIX

Novas tentativas de colonização com imigrantes estrangeiros. A descoberta da borracha. A seca do nordeste em 1877 e o povoamento dos seringais. O aproveitamento dos nordestinos nas colônias agrícolas.

No decorrer do Século XIX prosseguiu o esforço governamental para ocupar a região. Na Província do Pará criou-se um fundo especial para estimular a colonização através da iniciativa privada. Tentou-se a colonização de Santarém com imigrantes norte-americanos e da Zona Bragantina com imigrantes de diversos países europeus. Utilizou-se a mão-de-obra nordestina nas colônias agrícolas, mas foi a descoberta da borracha e o povoamento dos seringais que proporcionaram, até hoje, a maior contribuição ao povoamento da Amazônia.

SEBASTIÃO DO RÊGO BARROS, Presidente da Província do Pará, foi quem primeiro tentou incentivar a colonização por particulares ou empresas privadas. A Resolução n.º 226, de 15 de dezembro de 1853, por ele promulgada, continha as seguintes disposições (5) :

"Artigo 1.º — Fica criada no Tesouro Público Provincial para o fim de promover e facilitar a introdução de colonos, uma caixa especial com os fundos de vinte contos de reis prestados pelo mesmo Tesouro, e mais as entradas que fizerem as Companhias ou particulares, para embolso ou amortização das somas que houverem recebido por empréstimo.

Art. 2.º — O Governo da Província distribuirá os Fundos desta caixa por empréstimo, mediante fiança idônea e sob as condições que a experiência mostrar mais convenientes a particulares ou a Companhias que se propuserem ao fim mencionado no Artigo antecedente.

Artigo 3.º — A amortização dos empréstimos feitos às referidas Companhias ou a particulares terá lugar em pagamentos regulares, estipulados pelo Governo da Província, realizando-se porém, o primeiro três anos após a data em que se houver efetuado a primeira prestação.

Artigo 4.º — Quando não se apresentarem Companhias ou particulares para o fim indicado no Artigo 1.º, o Governo da Província empregará por si os fundos da caixa especial na execução do sistema que julgar mais apropriado à introdução dos colonos”.

Com recursos provenientes dessa Resolução, JOSÉ O' DE ALMEIDA, em 1855, instalou um núcleo colonial na Ilha das Onças, defronte da Cidade de Belém. Esse núcleo contou, inicialmente, com a participação de 17 imigrantes portugueses que o abandonaram poucos anos depois. Reaberto em 1859, com 127 pessoas, veio a redundar mais tarde, no mais completo fracasso (6).

Quanto à colonização com norte-americanos, os primeiros imigrantes aqui chegaram a partir de 1867. Desembarcaram em Santarém 278 pessoas, todos sulistas, egressos da pátria, traumatizados pela Guerra de Sucessão. Sobre a maneira como se comportaram, registra ERNESTO CRUZ, no livro “Colonização do Pará”, trecho do relatório datado de 15 de agosto de 1871, do Presidente da Província, ABEL GRAÇA, no qual se lê :

“Da colônia norte-americana, estabelecida nas proximidades de Santarém, sob a direção do finado Major HARTINGS, e para a qual o Governo Imperial, além da concessão de 60 léguas quadradas de terras, concorreu com avultadas quantias, restam poucas famílias que, segundo parece, eram a flor dos imigrantes. Os mais retiraram-se para seu país não tendo permanecido na colônia senão enquanto acharam quem os sustentassem.

Para a capital e outros pontos do interior retiraram-se por motivos diferentes alguns bons imigrantes que vivem da sua indústria e trabalho. As famílias restantes, segundo estou informado, vivem satisfeitas e esperançosas dum próspero futuro”.

Não foram outros os resultados da colonização com imigrantes europeus, iniciada em Benevides, em junho de 1875. Cinco meses depois da inauguração do núcleo colonial, já haviam ingressado nele 130 imigrantes, com predominância de franceses, italianos e espanhóis. Dois anos depois "A colônia não apresentava nenhum vestígio de progresso. Desmantelava-se aos poucos. Caía no abandono. Perdia conteúdo com o decorrer do tempo sem que o governo apontasse os responsáveis pelo dismantelo. Seria culpa da administração? Falta de selecionamento de imigrantes?".

A Tabela n.º 1 reflete a dúvida de ERNESTO CRUZ, contida no trecho acima transcrito de seu livro Colonização do Pará.

TABELA N.º 1 — Situação da Colônia de Benevides aos dois anos de funcionamento.

IMIGRANTES	FUNCIONAMENTO	
	5 MESES	2 ANOS
Franceses	87	71
Italianos	35	10
Espanhóis	33	2
Alemães	11	—
Belgas	5	3
Inglêses	3	—
Suiços	3	—
Portugueses	—	1

FONTE: Colonização do Pará — Ernesto Cruz — 1958.

O fracasso da colônia acarretou grandes prejuízos aos cofres públicos e surgiram então as mais variadas justificativas para o insucesso. Segundo Palma Muniz, citado por Ernesto Cruz, "A ausência de um serviço bem organizado, com propaganda no estrangeiro, facilidade de passagens e fundos competentes, para dar ao imigrante os primeiros auxílios, não só de manutenção, como de encaminhamento de trabalhadores, em um país em que os processos de agricultura não são comparáveis com os de países adiantados, contribuiu para a nulidade do esforço feito".

Para outros, como o Presidente da Província João Capistrano Bandeira de Melo Filho, a maioria dos colonos não se adaptava às condições climáticas, nem à natureza do trabalho realizado na colônia de Benevides, e concluía em relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província, em 15 de fevereiro de 1877 "Os colonos ali instalados não são lavradores e nem revelam amor ao trabalho e à propriedade territorial".

Mas os nossos antepassados não desistiam de colonizar a região. Em 1885 outra empresa particular repetiu a tentativa realizada em 1855, na Ilha das Onças, por JOSÉ O' DE ALMEIDA. Naquele ano, relata Ernesto Cruz, fundava-se em Belém a Sociedade Paraense de Imigração. A Sociedade optou pela colonização com imigrantes europeus, aos quais se propunha a dar todas as facilidades cabíveis na época: passagens, distribuição de instrumentos agrícolas e sementes, bem como distribuição gratuita de terras, além de alimentos, enquanto não se iniciasse a produção dos colonos.

A primeira experiência da Sociedade foi feita com imigrantes açorianos. No dia 7 de junho de 1886 chegavam a Belém 21 famílias, com 108 pessoas. "Encaminhados para a Colônia Araripe, na Zona Bragantina, os colonos açorianos recusaram-se, porém, a desembarcar no núcleo a que se destinavam, porque o panorama da colônia, ainda em preparo, não lhes agradou a vista. Os representantes da Sociedade Paraense de Imigração regressaram com eles para a capital, onde se dispersaram".

Como se ve, os ensaios de colonização com imigrantes norte-americanos e europeus não corresponderam à expectativa. O seu maior defeito foi a falta de percepção para problemas que decorrem da introdução de contingentes alienígenas em terras novas e virgens, com ecologia peculiar, habitada por população de características étnicas diferentes. A preocupação ostensiva era suprir a falta de braços em que lutava a região e criar, conseqüentemente, bases demográficas capazes de promover seu desenvolvimento, sem atentar para incompatibilidades porventura existentes. Mas se esses ensaios nenhum resultado tivessem apresentado, valeriam pelo menos como exemplo para as gerações futuras, da firmeza de propósito dos nossos antepassados, de enfrentar um dos mais graves problemas da região — vazio demográfico —, na convicção de que sua grandeza, a sua prosperidade e indiscutível soberania não serão efetivamente atingidos sem a ocupação do seu espaço físico.

Eram essas as principais conseqüências do esforço governamental e de particulares no século XIX quando surgiram quatro acontecimentos que contribuiriam para acelerar o ritmo de ocupação da Amazônia: o emprego industrial da borracha e o povoamento dos seringais; o aproveitamento do braço nordestino nas colônias agrícolas; a conquista do Acre e a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamo-

né, os dois últimos já no século XX, todos eles fortemente estimulados pela seca que assolou o Nordeste em 1877 e pela supervalorização que a borracha viria a atingir, com a descoberta de sua vulcanização por Goodyear.

A borracha é um produto de exploração pré-colombiana. Antes da descoberta da América os indígenas amazônicos faziam com o latex as mais variadas aplicações, relatadas com minuciosidade pelos primeiros pesquisadores, catequistas ou exploradores que percorreram o nosso "hinterland". Manipulavam o latex para impermeabilização dos tecidos rústicos que fabricavam, no preparo de sapatos, de bolas, que utilizavam em jogos de diversão e com ele confeccionavam recipientes com o formato de pera, de que se serviam para transportar líquidos. Empregavam sernambi como combustível e também como material bélico, lançando-o em chamas, na ponta das flexas, sobre as casas de palha dos inimigos. ARTUR CEZAR FERREIRA REIS, em seu livro "O Seringal e o Seringueiro", registra um uso incomum: "o untamento dos recém-nascidos no latex para livra-los do frio".

As características peculiares da borracha e a utilização que os aborígenes faziam dela, despertaram o interesse de alguns pesquisadores que lhe deram incipiente aproveitamento, com ela impregnando tecidos para fabricação de capas impermeáveis, empregando-a para apagar os traços de lápis e até mesmo introduzindo na Europa o uso dos sapatos há muito fabricados pelos índios. Estas formas de aproveitamento no mundo civilizado não foram suficientes para dar ao produto maior expressão econômica, permanecendo a sua produção e exploração insignificantes por muito tempo. A nossa produção de borracha, no decênio 1827-1836 atingia apenas 503.400 quilos.

Todavia, estava reservada à vulcanização, descoberta por Goodyear, em 1839, possibilitar o emprego da borracha numa variedade sem fim de aplicações industriais, começando, a partir dessa descoberta, a corrida mundial em busca do produto, com reflexos no aumento dos preços e no povoamento dos seringais. Já em 1847, de ordem do governo imperial, iniciavam-se expedições exploratórias para a localização de novas áreas ricas de seringueiras. Até então a borracha era produzida, principalmente, nos seringais existentes no Baixo Amazonas e a maior parte, exportada pelo porto de Belém, procedia das matas de várzea do estuário amazônico.

Naquele mesmo ano, João Cameté organizava uma expedição ao vale do Rio Purús, e em 1857 e 1860, Serafim Salgado e Manoel Urbano da Conceição, respectivamente, subiam aquele mesmo rio, explorando-o minuciosamente. Datam desta mesma época as primeiras explorações do vale do Rio Juruá. Constatada a abundância de seringais no vale destes dois rios, que foram os mais explorados por serem os de mais fácil navegação, iniciou-se a ocupação dos seringais neles existentes. Em 1861, já se exportava, somente do Purus 251.655

quilos de borracha. Dez anos depois fundava-se a Cidade de Lábrea e nesse mesmo ano o número de habitantes dedicados à produção de borracha nas margens daquele rio atingia 2.000 pessoas, não indo além desse total os seringueiros do vale do Juruá (4).

A despeito do interesse crescente que a borracha cada vez mais despertava, a escassez de mão-de-obra na região não possibilitava que se promovesse a ocupação dos seringais em ritmo mais acelerado. A produção que era de 503.400 quilos nos dez anos anteriores à vulcanização, elevou-se para 5.552.000 quilos, no quinquênio 1847/1851, mas permaneceu estática durante quase 20 anos. No período compreendido entre 1868 e 1872 atingia apenas 6.828.824 quilos. Foi justamente a esse tempo que Alexandre Wichman desincumbiu-se da missão a ele atribuída pelo Diretor do Jardim Botânico de Kew, remetendo para a Inglaterra 70.000 sementes de seringueiras, colhidas no Rio Tapajós. As sementes saíram de Belém a 29 de maio de 1876 e deram entrada no Jardim Botânico de Kew a 14 de junho. Sobreviveram apenas 2.397 plantas, as quais, muito bem acondicionadas, foram expedidas para o Ceilão, no mês de agosto, e plantadas no próprio Ceilão e em Singapura. As seringueiras do Jardim Botânico de Singapura começaram a produzir sementes em 1881. As do Jardim Botânico de Heneratgoda floresceram dois anos mais tarde. A partir daí expandiu-se a cultura da seringueira no Oriente. Ela viria a provocar, mais tarde, o colapso da exploração da borracha silvestre na Amazônia.

Em 1877, um novo acontecimento estava fadado a aumentar, vertiginosamente, o povoamento dos seringais. Naquele ano e nos dois seguintes, o Nordeste foi assolado por terrível seca que forçou o êxodo de grandes contingentes de imigrantes para outras regiões do País. Em 1877 saíram só do Estado do Ceará, rumo à Amazônia, mais de 4.000 pessoas, cujo número elevou-se para 15.000 no ano seguinte e não mais parou a onda povoadora.

O êxito alcançado pelos primeiros cearenses que se embrenharam na região e se firmaram como prósperos proprietários de seringais, atraiu os nordestinos de outros Estados mas sempre houve absoluta dominância de imigrantes cearenses.

Segundo Lúcio de Castro Soares, emigraram para a Amazônia, a partir de 1877 até 1900, cerca de 160.000 nordestinos.

Apresentamos na tabela n.º 2 a produção de borracha na Amazônia em diferentes períodos do século XIX, segundo Craveiro Costa, no livro "A conquista do Deserto Ocidental", editado em 1938 pela Companhia Editora Nacional. A tabela n.º 3 contém o movimento de imigração nordestina entre 1877 e 1900, segundo Lúcio de Castro, no livro "Amazônia", publicado em 1963 pelo Conselho Nacional de Geografia (17).

Como se pode ver na tabela n.º 2, a produção de borracha nos dez anos anteriores à descoberta de Goodyear, atingia apenas 503.400 quilos. No quinquênio compreendido entre 1847 e 1851, elevou-se para 5.552.000 quilos, permanecendo nesses níveis até 1872. No quinquênio 1878-1882 iniciou-se a grande invasão dos seringais e a produção elevou-se para 10.570.740 quilos. No último quinquênio do século atingiu 54.360.000 quilos, coincidindo essa expansão com a crescente demanda do produto no mercado internacional e aumento de população nos seringais.

TABELA N.º 2 — Produção de borracha na Amazônia em diferentes períodos do século XIX.

PERÍODOS	BORRACHA Kg
1827 - 1836	503.400
1847 - 1851	5.552.000
1868 - 1872	6.828.824
1878 - 1882	10.570.740
1888 - 1892	34.272.673
1893 - 1897	54.360.000

FONTE: A Conquista do Deserto Ocidental — Craveiro Costa. — 1940.

TABELA N.º 3 — Imigração de Nordestinos na Amazônia entre 1877 e 1900.

PERÍODOS	IMIGRANTES
1877 - 1878	19.910
1892 - 1893	20.973
1894 - 1895	13.535
1896 - 1897	16.998
1898 - 1899	42.917
1900	45.792

FONTE: Amazônia, Lucio de Castro Soares. — 1963.

Atravessou a Amazônia nessa época e em curto período subsequente do Século XX, a fase de fastígio de sua história econômica, tendo como suporte a exploração extrativa da borracha. Todavia, não foram bem aproveitadas as vultosas disponibilidades financeiras resultantes dos preços excepcionais que a borracha atingiu. Muito ao contrário, elas deram ensejo a grandes desperdícios.

Dentre as anedotas que bem refletem a orgia de gastos e a ostentação dos proprietários de seringais durante aquela fase áurea, conta-se que muitos deles demonstravam publicamente a sua opulência, substituindo nos cigarros de fumo picado, o papelinho por cédulas de 500 cruzeiros.

A concepção predominante era que as seringueiras seriam inesgotáveis, eternas fontes de riqueza, sem perigo de concorrência, pois fora do seu "habitat" não conseguiriam sobreviver, e dedicaram-se exclusivamente ao extrativismo, sem nenhuma preocupação de racionalizar ou melhorar aquela dádiva da natureza.

Iniciaram a sangria por processos bárbaros, golpeando as seringueiras com o machado comum, substituído depois pela machadinha, de menor peso e extensão de lâmina também menor, mas ainda difícil de regular o alcance do golpe, que muitas vezes se aprofundava até ao câmbium, provocando cicatrização defeituosa da casca. Em outros casos, não raros, a machadinha atingia a seringueira de resvês e destacava porções da casca deixando o lenho exposto.

Por outro lado, o primitivismo inevitável à época, constituía a principal característica dos processos de comercialização e de relacionamento entre patrões e seringueiros.

* * *

Procuramos salientar em capítulo anterior que a colonização com imigrantes europeus e norte-americanos não correspondeu à expectativa. Agricultores da zona temperada como eram, não puderam trasladar para aqui as plantas que conheciam nem tampouco a técnica agrícola que sabiam empregar. Tornava-se difícil, realmente, adaptarem-se a curto prazo ao plantio do arroz, da mandioca, da cana de açúcar, do café, do cacau, da pupunha e do cupuaçú. agricultores que secularmente cultivavam o trigo, a aveia, a maçã, a beterraba e a uva. Por outro lado, havia dificuldades de adaptação tanto ao meio ambiente como ao modo de vida dos habitantes da região, para o que seria necessário assimilar, participar ou simplesmente aceitar os seus hábitos e costumes, tendências essas nem sempre encontradas na maioria daqueles imigrantes. Essas, ao nosso ver, as principais causas do fracasso daquelas tentativas de colonização.

O êxodo provocado pela seca de 1877 e posteriormente a **imigração expontânea de nordestinos para a Amazônia**, atraídos pelas notícias do enriquecimento de seus conterrâneos, além de influírem decisivamente para o povoamento dos seringais, como já foi demonstrado, também proporcionaram oportunidades de utilização dessa mão-de-obra nas colônias agrícolas de iniciativa governamental, na recuperação das que tinham sido abandonadas e na abertura de outras.

A então Província do Pará foi quem mais se aproveitou dessas oportunidades, não só porque era Belém o primeiro porto de desembarque dos flagelados ou dos imigrantes voluntários, o que forçava o governo paraense a prestar àqueles os primeiros socorros, como também porque a chegada dos nordestinos vinha a coincidir com as antigas aspirações do governo, de intensificar a colonização em toda a Província e muito especialmente no Leste Paraense, onde mais tarde

seria construída uma estrada de ferro ligando a capital à Cidade de Bragança.

Dessa coincidência de interesses, o nordestino, em busca de terra que o recebesse, e o governo do Pará, à procura de um povo que o ocupasse, resultou intensa colonização em diversas áreas do território paraense, com especial destaque na Zona Bragantina, que viria a se transformar, mais tarde, na área de maior densidade demográfica da região.

Os resultados dessa colonização foram muito diferentes daqueles que o governo da Província tinha obtido com imigrantes estrangeiros, como se pode ver na tabela 4, onde registramos a situação em que se encontravam no final do século XIX, os principais núcleos agrícolas no Pará, e na tabela n.º 5, a procedência dos colonos nacionais, por Estado da Federação, dados esses transcritos por Ernesto Cruz, para o livro "Colonização do Pará", de uma comunicação oficial dirigida ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Governador Augusto Montenegro. Observe-se na tabela n.º 4 a elevada percentagem de 78,5% de nordestinos na população total dos núcleos e, na tabela n.º 5 a significativa participação de cearenses e riograndenses do norte nessa população.

TABELA N.º 4 — População dos principais núcleos coloniais no Estado do Pará, no final do século XIX.

NÚCLEOS	COLONOS		
	Nacionais	Estrangeiros	Totais
Santa Rosa	653	68	721
Ferreira Pena	346	134	480
José de Alencar	1.302	9	1.311
Inhangapí	889	1	890
Ianetama	521	14	535
Benjamim Constant	1.799	748	2.547
Anita Garibaldi	645	87	732
Jambu-Açu	1.425	555	1.980
Marapanim	821	110	931
Granja Americana	270	—	270
Sta. Rita do Carana	139	—	139
Outeiro	38	30	68
Monte Alegre	331	201	532
Acará	181	—	181
T O T A I S	9.360	1.957	11.317

FONTE: Colonização do Pará — Ernesto Cruz — 1958.

TABELA N.º 5 — Procedência dos colonos nacionais ocupantes dos núcleos coloniais relacionados no Quadro n.º 4.

PROCEDÊNCIA	N.º DE COLONOS	%
Pará	912	9,7
Maranhão	20	0,2
Piauí	26	0,3
Ceará	6.800	72,6
R. G. do Norte	1.294	13,8
Paraíba	177	1,9
Pernambuco	114	1,2
Outros Estados	17	0,2

FONTE: Colonização do Pará — Ernesto Cruz — 1958.

A CONQUISTA NO SÉCULO XX

A conquista do Acre. A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Reflexos da II Grande Guerra Mundial no povoamento da Amazônia. A imigração japonesa.

A navegação do Rio Amazonas permaneceu interdita a embarcações estrangeiras até 1866. Essa política de preservação do território amazônico, mantida durante todo o período do domínio português, prolongou-se por mais de 40 anos após a nossa independência e graças a ela foi que se tornou possível a conquista do Acre. Em consequência dessa proibição os países de origem espanhola confidentes da Amazônia a Oeste e Sudoeste, desinteressaram-se pela ocupação dos territórios sobre os quais podiam reivindicar direitos, mas que não lhes convinha explorar porque era vedado o trânsito pelo Amazonas e seus afluentes, escoadouros naturais dessas áreas.

Por isso mesmo, no curso superior do Javari, do Juruá e do Purús, existiam antes da valorização da borracha, imensas áreas desertas assinaladas nos mapas dos países vizinhos como "as terras não descobertas". Eram áreas ainda não demarcadas em ato diplomático juridicamente válido, para as quais não havia planos nem pressa de ocupação.

No final do século XIX a borracha atingiu a "celebridade do ouro" e passou a exercer poder de atração igual ao do metal precioso. Intensificou-se a imigração nordestina. A onda povoadora espalhou-se, mantendo aquela mesma concepção que prevalecera há mais de um século, quando, ao ser instalada a Capitania de S. José do Rio Negro, ficara estabelecido que os "limites com os espanhóis iriam até

onde fossem as raías do domínio destes". Os nordestinos dirigiram-se de preferência para as bacias do Purús e do Juruá e por lá penetraram até onde puderam ir sem que os espanhóis oferecessem resistência.

Foram os nordestinos os desbravadores e os primeiros ocupantes do alto curso daqueles rios e de seus afluentes. Para eles não havia obstáculo que não fosse superado. Tangidos pela seca, egressos da terra natal forçados pela fome e pela ambição, rudes, agressivos, rijos e impetuosos, produtos da luta pela sobrevivência em uma terra assolada pelas calamidades, enfim, "antes de tudo um forte", ao dizer de Euclides da Cunha, o sertanejo lançou-se à conquista da terra. Dotado de fibra indomável, vencendo endemias e sobrepujando o índio, ocupou o Acre, povoando-o, enriquecendo-o, dando ensejo a que a soberania incontestável do Brasil viesse a se confirmar, mais tarde, sobre todo aquele território de 152.589 quilômetros quadrados.

Em 1899 a população brasileira no Acre era estimada em 70.000 habitantes.

Enquanto essa ocupação maciça se consumava, no campo diplomático as divergências entre Brasil e Bolívia sobre os limites exatos das duas soberanias, se caracterizavam por alternativas, para ambos os lados, de sucessos e fracassos, configurados nos tratados de 1750, 1777 e 1867, uns anulando outros e nenhum deles contendo trabalho de demarcação aprovado em definitivo.

A Bolívia não ignorava a situação de prosperidade que o Acre ia atingindo em ritmo acelerado. Em 1898, tentando estabelecer a sua soberania no território que não quisera explorar, obteve o consentimento do nosso Ministro do Exterior, para instalar repartições fiscais no Território, até que os trabalhos de demarcação fossem aprovados pelos governos interessados.

Dessa decisão da diplomacia brasileira viria surgir a solução definitiva para o caso do Acre, pois os nordestinos e acreanos, ao tomarem conhecimento da instalação de um posto aduaneiro boliviano, em território onde eles só reconheciam a soberania brasileira, rebelaram-se. "Não quiseram admitir que a Bolívia abroquelada num simples ato ministerial, viesse colher a imensa riqueza que não semeara e dominar a região que só eles haviam desvirginado". (4).

A 1.º de maio daquele ano o cearense José Carvalho, à frente de numeroso grupo, intimava que o delegado boliviano e todo o seu pessoal, se retirassem do território acreano. Estava iniciada a guerra. A Bolívia mobilizou o seu exército para fazer prevalecer os seus interesses. Os nordestinos largaram os apetrechos de colher borracha. Empunharam o mosquetão e durante 5 anos, lutando com os seus próprios recursos, mantiveram ali a soberania brasileira, numa demonstração inequívoca de patriotismo e heróica tenacidade. (*)

(*) Campanha Plácido de Castro.

A última estrofe do hino acreano, transcrita a seguir, de autoria de Francisco Mangabeira, escrito no dia 5 de outubro de 1903, no final da guerra, quando os bolivianos já tinham sido totalmente rechaçados, bem reflete a grandiosidade da chama que alimentava o patriotismo daqueles brasileiros :

“Mas se audaz estrangeiro algum dia,
Nossos brios de novo ofender,
Lutaremos com a mesma energia,
Sem recuar, sem cair, sem temer.
E ergueremos, então, destas zonas,
Um tal canto vibrante e viril
Que será com a voz do Amazonas
Ecoando por todo o Brasil”.

A luta prolongou-se até o dia 7 de novembro de 1903, data da assinatura do Tratado de Petrópolis, que incorporou o Acre ao Brasil, definitivamente, pondo fim ao litígio e à questão de limites que se desenrolava há mais de um século. É evidente, contudo, que a vitória diplomática do Barão do Rio Branco, no Tratado de Petrópolis, assegurando para o Brasil, por direito, a posse do Acre, foi grandemente facilitada pela posse de fato de todo o Território, garantida pelos nordestinos.

* * *

No Tratado de Petrópolis, conjuntamente com outros compromissos, obrigava-e o Brasil a concluir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, como compensação à Bolívia, levando-a desde o porto de Santo Antônio, no Rio Madeira, até Guajará-Mirim, no Rio Mamoré, ao longo do curso encachoeirado desses rios. Se por um lado o nosso País, firmando esse compromisso contentava a Bolívia, abrindo-lhe uma via de escoamento para o Amazonas, em contrapartida, construía uma ferrovia de 366 quilômetros, em território brasileiro e com ela povoava outra linha fronteira com aquele país, de difícil acesso, onde era necessário colocar sentinelas a preservar a nossa soberania. A compensação continha, assim, conteúdo estratégico.

A construção da estrada iniciara-se desde o século anterior, mas fora abandonada com apenas 7 quilômetros concluídos.

Reiniciados os trabalhos em junho de 1907, atingia o Rio Jaci-Paraná em maio de 1910, com a extensão de 90 quilômetros. Em outubro daquele mesmo ano a linha alcançava a cachoeira Três Irmãos, com 152 quilômetros de trilhos implantados. Em 1911 atingia a foz do Abunã, no quilômetro 220 e a 30 de abril de 1912 alcançava Guajará-Mirim ⁽¹⁴⁾.

O autor desta publicação percorreu a estrada, em diversas oportunidades. Navegou também pelos rios Mamoré e Guaporé, desde Guajará-Mirim até próximo a Pedras Negras, visitando, minuciosamente, Forte Príncipe da Beira, Costa Marques e todos os seringais localizados nesse percurso.

Não tem a menor dúvida de que a estrada, graças às facilidades de comunicação que possibilitou, contribuiu efetivamente para o aproveitamento das áreas brasileiras que lhes são contíguas, para a ocupação e exploração dos seringais situados nos afluentes que desembocam nos trechos encachoeirados do Madeira e do Mamoré, bem como para a ocupação de todos os trechos navegáveis dos rios Mamoré e Guaporé, acima de Guajará-Mirim (gravura n.º 3).

Segundo relata Júlio Nogueira, trabalharam na ferrovia milhares de criaturas, vindas de todos os cantos da terra, e no tempo em que as atividades de construção se achavam em seu auge, só em Porto Velho havia perto de 5.000 pessoas vinculadas à estrada, morando na cidade ou nos abarrancamentos próximos. Muitos tombaram no decorrer da construção. Outros retornaram, mas os que ali permaneceram, graças ao seu esforço, asseguraram o nosso domínio em todo o Guaporé, hoje Território de Rondônia. Com sua presença nos meandros dos rios e igarapés, explorando a borracha, edificaram naquele verdadeiro fim de mundo, dois vigorosos marcos de civilização: Porto Velho e Guajará-Mirim.

A atuação do Barão do Rio Branco, assumindo o compromisso da ferrovia, põe em evidência a sua sagacidade diplomática, mas não seria exagero dizer-se que a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré também foi uma conquista do nordestino, embora indiretamente.

O estado de guerra no Acre em nada diminuiu o ânimo do povo do Nordeste, de procurar com intensidade cada vez maior os seringais do Alto Purús e Alto Juruá. Em 1900, chegava à Amazônia novo contingente de 45.792 imigrantes, a maioria dos quais deslocou-se para a exploração da borracha, cuja produção, naquele ano, atingia 24.702 toneladas, sendo 60% provenientes do Acre. Nos anos seguintes a produção continuou crescendo até alcançar o "record" de 42.410 toneladas, em 1912, refletindo cada aumento, novos acréscimos de população nos seringais.

Entre 1913 e 1920 a produção de borracha manteve-se entre os limites de 30.000 a 40.000 toneladas anuais, e de 1921 em diante começou a decrescer até o mínimo de 6.550 toneladas, em 1932, como consequência do deslocamento do eixo da produção gomífera para o Oriente. Em 1920 a borracha extrativa nos seringais silvestres da região alcançava 30.790 toneladas. Nesse mesmo ano, com 304.816 toneladas, os seringais da Malásia produziam borracha em quantidade dez vezes maior do que a Amazônia. Em 1932 a produção oriental elevava-se para 701.360 toneladas, ultrapassando 1 milhão de toneladas em 1937.

A indústria extrativa regional não tinha condições de competir com os seringais de cultura.

Os preços ínfimos que a borracha amazônica então atingia não mais permitiam a sangria das seringueiras em bases compensadoras e teriam provocado o total despovoamento dos seringais, não fora a vocação tradicionalmente agrícola e pastoril do nordestino e o seu instinto de conservação, forjado na luta pertinaz com o meio agressivo onde vivera. A essa altura "só o nordestino podia resistir no Acre, porque só ele trazia têmpera de cactus". Sua aptidão para a agricultura voltou a ressurgir, conduzindo-o ao cultivo da terra. As atividades agropecuárias nos seringais passaram a conquistar terreno à indústria extrativa.

Boiadeiros, plantadores tradicionais das "culturas de vazante" no aproveitamento da umidade que os açudes e os riachos de curso efêmero do Nordeste deixam às suas margens com o evoluir da estação seca; contumazes devoradores de caatingas para o plantio de culturas de subsistência, não lhes foi difícil adaptar às várzeas férteis dos nossos rios de água barrenta e aplicar nas matas de terra firme, os mesmos processos da agricultura nordestina. Nos roçados de terra firme plantaram o milho, o feijão, a cana-de-açúcar e a mandioca, seguidos da formação de pastagens, após a colheita dessas culturas. Na várzea semearam o feijão ligeiro, o fumo, o milho, o jerimum e a melancia, bem como o aproveitamento da canarana vicejante das praias e dos barrancos para o pastoreio do gado. Decidindo-se a plantar, estava resolvida para o nordestino a sua permanência.

Mas estava reservada à borracha nova participação no povoamento da Amazônia.

Permaneciam os seringais naquela relativa estabilidade econômica, baseada na exploração agropecuária, na exportação de peles de animais silvestres, de mogno e de alguma borracha, quando explode a II Grande Guerra Mundial.

* * *

Com a queda de Pearl Harbour, os Estados Unidos da América viram-se, inopinadamente, privados das fontes de abastecimento da borracha oriental e não tiveram outra alternativa senão a de recorrer aos seringais silvestres da América do Sul, muito especialmente aos da Amazônia Brasileira. A grande nação norte-americana apelou para

O autor desta publicação, nascido em 1918, no seringal Barão do Rio Branco, no Município de Cruzeiro do Sul, passou parte de sua infância convivendo com o nordestino "doublé" de seringueiro e agricultor. Ficaram para sempre gravados em sua memória, as extensas plantações de mandioca e cana existentes no seringal; a moagem de cana e fabricação de farinha, o coqueiral pujante e valioso que muitas vezes ajudou a adubar com o esterco de curral e o deslocamento do rebanho; a cada início de vazante, dos campos da terra firme para as pastagens naturais de canarana nas margens do Rio Mõa.



Gravura n.º 3— Safra de borracha em um seringal do Rio Guaporé.

o Brasil e ambos, conjuntamente, passaram a desenvolver uma ação quase de caráter militar que exigia, como passo inicial, a mobilização de numeroso contingente humano.

Elevou-se, bruscamente, o preço da borracha. Criou o governo brasileiro diversos serviços que tinham como finalidade específica o recrutamento de trabalhadores no Nordeste e o seu encaminhamento para os seringais. A partir de 1942 surgiram, sucessivamente, o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia; a Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia; a Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico e o Banco da Borracha, este último com forte participação de capital norte-americano. Criava-se, também, com a mesma finalidade, a Rubber Development Corporation, organização empresarial de caráter particular e inteiramente subvencionada com capital norte-americano.

Como resultado desse esforço de guerra, surgiu o último movimento migratório de massas de população nordestina para a Amazônia, vinculado à exploração da borracha.

Segundo Araújo Lima, cerca de 35.000 nordestinos foram deslocados para a região, naquele período.

* * *

Para finalizar este Resumo Histórico, resta-nos somente, salientar a contribuição do elemento nipônico no povoamento da Amazônia, cuja contribuição tem sido muito expressiva, principalmente sob os aspectos técnico e econômico.

Segundo Lúcio de Castro Soares, os primeiros japoneses chegados à Amazônia, vieram do Perú e da Bolívia, logo que terminou a Grande Guerra, mas a imigração organizada e planejada só se iniciaria 10 anos depois, sob os auspícios do Dr. Dionísio Bentes, governador do Pará. Ernesto Cruz, no livro "Colonização do Pará", de onde retiramos a maior parte dos dados contidos neste tópico, referindo-se a essa colonização diz que "no dia 28 de maio de 1926, chegava a Belém, a bordo do vapor "DENIS", da Booth Line, a Missão Científica Japonesa, que vinha ao Pará com a finalidade de escolher o lugar mais conveniente para dar começo a uma intensa colonização nipônica. Compunha-se a Missão das seguintes pessoas: Chefes Dr. Hachiro Fukuhara; secretário, Shomosuk Ohk; Dr. Kihutuara Isihara, professor da Universidade Imperial de Tóquio e técnico do Instituto de Doenças Contagiosas; Dr. Yesuyo Sinumuro, médico do Serviço Sanitário do Ministério dos Negócios Interiores; agrimensor, Shoei Mijumura; engenheiros Hachiro Taniguchi e Yoshiwosa Tamura; engenheiro silvicultor Shoju Yshlara e agrônomo Yasuhei Ashijawa.

O trabalho da Missão teve começo pelo Rio Capim, onde estavam localizadas as terras apontadas previamente como propícias ao cultivo. Não satisfizeram. Outras então foram indicadas pelo próprio governo, em regiões que talvez obtivessem as condições exigidas para uma cultura mecânica.

O governador Dionísio Bentes, em Mensagem apresentada ao Congresso do Estado, a 7 de setembro de 1926, referindo-se à perspectiva da colonização japonesa, no Capim ou no Acará, deixava transparecer a satisfação que esse empreendimento lhe causava.

Enquanto a missão técnico-científica realizava essas pesquisas, o governador do Pará era autorizado pelo Congresso do Estado, a conceder áreas de terras à Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S.A., organizada pelo Sr. Fukuhara. As áreas estavam localizadas nos seguintes municípios :

Acará	—	600.000	hectares
Monte Alegre	—	400.000	"
Marabá	—	10.000	"
Estrada de Ferro de Bragança	—	10.000	"
Conceição do Araguaia	—	10.000	"

A companhia iniciou as atividades de instalação do primeiro núcleo colonial, em julho de 1929, na localidade Tomé-Açú, no Rio Acará. Em dezembro do mesmo ano, com apenas 6 meses de trabalho, já estavam construídos 79 quilômetros de estradas de rodagem e 85 casas para colonos, instaladas em lotes agrícolas de 25 hectares".

O primeiro grupo de imigrantes, constituído de 185 pessoas, chegou a Belém em setembro de 1929. Sairam do Japão cercados de toda assistência, que lhes foi assegurada durante a viagem e durante a rápida permanência em Belém e no porto de destino. Ao chegarem a Tomé-Açú, ali encontraram, além das 85 casas, dois hospitais com o corpo clínico composto de 4 médicos, duas escolas para ensino da língua portuguesa aos colonos e suas famílias, luz elétrica, estação de rádio, rede telefônica ligando o núcleo pioneiro às colônias e tudo o mais necessário ao êxito da colonização.

A segunda leva de imigrantes, com 242 componentes, chegou em dezembro de 1929. Desse grupo, 192 pessoas dirigiram-se para Tomé-Açú. Os restantes seguiram para o Amazonas, com destino a Maués, onde se dedicariam ao plantio do Guaraná.

Daí por diante o movimento imigratório não mais cessou, interrompendo-se apenas durante a II Guerra Mundial, para recomeçar em 1950. Só no ano de 1954 desembarcaram em Belém 1.353 cidadãos japoneses e centenas de famílias passaram a ser instaladas no Amazonas e nos Territórios.

O imigrante japonês tem qualidades notáveis. É trabalhador, persistente, dotado de um sentimento inigualável de disciplina e respeito à hierarquia. Tecnicamente preparado para as atividades de sua preferência é ainda dotado de elevada rigidez e de características pessoais que o aproximam do habitante da região.

Temos convivido com eles em todos os níveis de atividades fitotécnicas. Desde o modesto colono de Monte Alegre, produtor de sementes de juta e arroz, o juticultor no Baixo Amazonas, o plantador de arroz e repolho do Núcleo Colonial do Guamá e o abastado plantador de pimenta do reino, até ao pesquisador de renome, colaborador do Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte, são todos de uma extraordinária simplicidade e eficiência. Adaptam-se rapidamente aos nossos hábitos e costumes e tornam-se simpáticos.

Participando de equipes de pesquisas, por mais dotados que o sejam, não se enclausuram em sua própria sabedoria, não fazem dela nem de suas características raciais motivos de discriminação e convivem nos programas de trabalho, tranquilamente, mesmo que, por questões de organização eventual, fiquem em situação hierárquica diferente daquela que lhes caberia por força de suas próprias aptidões. Trabalhar com técnicos japoneses é sempre um prazer e quando partem deixam os fortes laços da amizade que sabem conquistar.

Por outro lado, trazem um "know-how" fitotécnico valioso para a região, por serem exímios rizicultores e conhecerem, graças ao intenso intercâmbio que o Japão mantém com a Indonésia, diversas plantas compatíveis com a nossa ecologia e a técnica de cultivá-las.

Por todas essas características, não se poderia esperar dessa imigração outro resultado que não fosse o mais completo êxito.

A Colônia de Tomé-Açú prosperou rapidamente. No ano seguinte ao da entrada dos primeiros colonos, já contribuía para o abastecimento de Belém, com arroz e verduras. É na atualidade um dos mais prósperos municípios do Estado.

A Amazônia deve a esse extraordinário imigrante a introdução da juta e da pimenta do reino.

II - A Conquista na Atualidade

As oportunidades de colonização e povoamento que resumimos no capítulo anterior não contribuíram para elevar o índice demográfico da região aos níveis almejados. A Amazônia, com uma densidade de população que não ultrapassa 0,9 habitantes por quilômetro quadrado⁽¹⁾, continua como um dos maiores vazios demográficos do mundo, havendo dentro dos seus limites, extensas áreas ainda completamente desabitadas. A despeito do esforço desenvolvido, o problema continua. Para resolvê-lo não mais contaremos com a mesma eficiência dos principais aliados naturais do passado — as secas do Nordeste e a borracha extrativa. O problema das secas já não é tão calamitoso como outrora, pois hoje há maiores facilidades de levar assistência aos flagelados no próprio Nordeste, e a borracha deixou de ter "a celebridade de ouro" do início do século.

Na atualidade há de se fortalecer a política de colonização da Amazônia, através da imigração dirigida ou da atração e fixação de imigrantes espontâneos, mediante estímulos de toda ordem. Os principais instrumentos do governo para desenvolver um plano de ação dentro dessas diretrizes, são os seguintes: A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), as Secretarias de Agricultura dos Governos dos Estados e Territórios, as Colônias Militares de Fronteira, o Estímulo à Iniciativa Privada e as Estradas de Integração.

Passaremos a examinar, em seguida, o modo como atuam esses instrumentos de ação do Governo.

SUDAM

As atribuições de colonização da antiga SPVEA, hoje SUDAM, estavam contidas no Artigo 7.º, da Lei n.º 1806, de 6 de janeiro de 1951. Competia ao órgão, pelo mencionado Artigo, "executar uma política demográfica que compreendesse a regeneração física e social das populações da região, pela alimentação, a assistência à saúde, o saneamento, a educação e o ensino, a imigração de correntes de população que mais contribuíssem aos interesses da Região e do País, e

o agrupamento dos elementos humanos da Região ou de outros Estados, em áreas escolhidas onde pudessem constituir núcleos rurais permanentes e desenvolver a produção econômica”.

A Lei conferia, assim, à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, por ela mesma criada, poderes para também atuar como órgão direto de colonização. Por isso mesmo, a Comissão de Planejamento que elaborou o Primeiro Plano Quinquenal, em 1955, ao abordar o problema de colonização, incluiu no mencionado plano, 4 programas fundamentais a serem dinamizados pela SPVEA : A formação de Colônias de Abastecimento, de Colônias de Penetração, de Colônias Indígenas de Fronteira e a manutenção das colônias existentes, e assim se referia sobre as mesmas :

“As colônias de abastecimento serão padronizadas em três tipos. As do tipo “A”, constituídas por 200 famílias nacionais e estrangeiras, serão instaladas em terras de preferência devolutas, às proximidades das capitais de população superior a cem mil habitantes. Cada família receberá, a título precário, um lote de 25 ha expedindo-se-lhe título definitivo de propriedade se ao fim de três anos estiver em situação de auto suficiência econômica. As colônias do tipo “B” serão formadas por 100 famílias, recebendo cada uma um lote de 20 ha. Dedicar-se-ão à produção de legumes, ovos e laticínios (preocupação maior das colônias do tipo “A”) e cultivarão outras espécies, como gramíneas, leguminosas, plantas feculentas, árvores frutíferas, seringa, castanha, cacau, guaraná, pimenta-do-reino, cravo da Índia, oleaginosas, têxteis, fumo, etc., e animais de pequena porte. Essas colônias serão instaladas nos municípios com mais de 20 mil habitantes.

Finalmente, as do tipo “C”, integradas por 50 famílias, ocuparão uma área total de 2.600 ha dos quais 100 ha para instalações de uso comum e 2.500 para constituição de 50 lotes de 50 ha. Terão os mesmos objetivos das colônias do tipo “B” e serão localizadas às vizinhanças das cidades-sedes de municípios de menos de 20 mil habitantes”.

Quanto às Colônias de Penetração, seriam criadas, segundo a mencionada Comissão de Planejamento, “com o propósito de salvar e consolidar a ocupação já efetuada por parte de populações pioneiras sobre territórios marginais cuja conquista não se justificaria por motivos econômicos, mas que já se encontrando ocupadas precisavam ser incorporadas no sistema econômico da Amazônia”.

As Colônias Indígenas de Fronteira teriam a finalidade de atrair e fixar em solo brasileiro, os grupos indígenas dispersos pela fronteira do nosso País com as Guianas, Venezuela, Colômbia, Perú e Bolívia.

Com referência ao programa de manutenção das colônias existentes, consideraram que "Essas colônias, sobretudo enquanto o Plano de Colonização não comece a apresentar resultados à produção rural, constituem o quadro real da Amazônia, no que diz respeito à produção rural. É certo que algumas delas não encerram um mínimo de racionalismo na sua contribuição e no seu funcionamento, pelo que poderiam considerá-las antieconômicas. Mas, de pronto, não poderíamos relegá-las ao abandono, o que viria trazer um colapso à já precária situação regional no que toca à produção. Por isto está previsto um auxílio a essas colônias, o que deverá cessar ao fim do primeiro quinquênio".

O mesmo Plano Quinquenal designava dotações específicas para a execução desse programa.

Nada impedia à SPVEA, portanto, que chamasse a si a responsabilidade direta pela Implantação das Colônias de Abastecimento e de Penetração, e das Colônias Indígenas de Fronteira, quando aconteceu o imprevisto. Submetido à aprovação do Congresso, o Primeiro Plano Quinquenal lá permaneceu, incólume e indefinidamente, e o Órgão Valorizador passou a funcionar à base de Planos e Orçamentos anuais que, submetidos à apreciação do Congresso, eram estudados, discutidos e modificados.

As administrações que passaram pela SPVEA eximiram-se da responsabilidade da execução direta do plano de colonização. Preferiram transferi-la para as instituições colonizadoras existentes na Amazônia. A situação do órgão limitou-se, daí por diante, a fazer constar nos seus orçamentos anuais, dotações para suplementar as verbas orçamentárias daquelas instituições e com o evoluir dos acontecimentos esse apoio acabou restringindo-se, quase que exclusivamente, à manutenção das colônias já existentes.

Extinta a SPVEA, a Lei n.º 5.173, de 27 de outubro de 1966 que criou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), sucessora da SPVEA, estabeleceu em seu Artigo 4.º que o Plano, no setor de colonização, deveria ser desenvolvido tendo como orientação básica a "Formação de grupos populacionais estáveis tendentes a um processo de auto-suficiência; a adoção de política imigratória para a região, com o aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos e a fixação de populações regionais, especialmente no que concerne às zonas de fronteira".

O Art. 40 da mencionada Lei, todavia, liberou a SUDAM de participar diretamente do plano de colonização e povoamento, quando estabeleceu que o órgão desempenharia "suas funções especializadas, preferentemente, (o grifo é nosso), através da contratação de serviços técnicos ou de natureza especializada com pessoas físicas ou jurídicas devidamente habilitadas, segundo os critérios aprovados pelo Conse-

lho Técnico". Em conseqüência, as administrações do novo órgão, agora escudadas na Lei, prosseguiram com a mesma política de colonização, limitando-se a fazer constar nos orçamentos anuais, dotações para apoiar as Instituições já existentes.

INCRA

O INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, recentemente criado, encampou as atividades de colonização e reforma agrária anteriormente exercidas pelo INDA e IBRA. Esses dois órgãos mantinham na região apenas 3 núcleos coloniais, sendo um no Rio Guamá, próximo a Belém, outro no Município de Monte Alegre, no Baixo Amazonas paraense e o terceiro em Manacapuru, no Estado do Amazonas.

O mais próspero dos três era o Núcleo Colonial do Guamá. Foi instalado em 1955, logo depois dos estudos conclusivos realizados pelo IPEAN, sobre as possibilidades de agricultura nas áreas inundáveis e nas terras firmes do Estuário Amazônico. Sua localização nas glebas Tacajós e Pernambuco, à margem direita do Rio Guamá, foi precedida de minucioso estudo da área, realizado pelo IPEAN.

O núcleo recebeu imigrantes japoneses e colonos nacionais. Os nipônicos dedicaram-se, inicialmente, ao plantio de arroz e verduras nas várzeas. Hoje em dia também plantam pimenta-do-reino, chá da Índia e fruteiras, na terra firme. Os colonos nacionais pretendiam dedicar-se, exclusivamente, ao plantio tradicional de mandioca, milho e arroz, em roçados de terra firme, mas passaram a cultivar hortaliças, fruteiras e pimenta-do-reino, seguindo a orientação dos técnicos do Núcleo e o exemplo dos japoneses.

O Núcleo Colonial do Guamá, fundado dentro dos requisitos técnicos necessários ao êxito de uma colônia, tem contado com eficiente administração desde o início do seu funcionamento. Apesar das deficiências das verbas orçamentárias e principalmente das descontinuidades no recebimento das mesmas, tem a oferecer resultados que fazem dele um exemplo a ser seguido na colonização de outros trechos do Estuário Amazônico.

Inaugurado em 1955, ano em que ali desembarcou o primeiro contingente de 15 imigrantes japoneses, dois anos depois começou a contribuir para o abastecimento de Belém e daí por diante não mais cessou essa contribuição.

Os trabalhos de irrigação de arroz ali instalados pelo seu antigo e operoso Diretor, Agrônomo Edgar Cordeiro, possibilitaram a alguns colonos do Núcleo obter a produção anual de 17.400 quilos de arroz Taitiu por hectare, em 3 safras colhidas na mesma área, com 5.800

quilos por safra. Igual êxito alcançaram, com adaptação da cultura do mandioca na várzea, obtendo 22.500 quilos por hectare, em três safras consecutivas de 7.500 quilos cada uma.

Quanto aos núcleos coloniais de Monte Alegre e Manacapurú, ambos foram instalados em 1942. O primeiro com uma área de 450.000 hectares, em terras férteis de origem diabásica, no planalto de Monte Alegre e o segundo, à margem do Solimões, abrangendo 300.000 hectares, a maior parte em terra firme de baixa fertilidade, com faixa de igapó, campos naturais e restingas.

Em 1958 a população do Núcleo de Manacapurú era estimada em 2.500 pessoas e a do Núcleo de Monte Alegre pouco ultrapassava 2.000 habitantes (9).

A nova estrutura do INCRA, reunindo somente nele todos os poderes para efetivar a reforma e o desenvolvimento agrário do País, atribuições essas anteriormente desempenhadas por dois órgãos distintos, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), do que resultava agirem descoordenadamente e não raro sob formas conflitantes, conferiu à nova instituição, condições excepcionais para exercer com mais ênfase a colonização dirigida na Amazônia, de modo a reabilitar os órgãos colonizadores que sucedeu, os quais, durante muitos anos de atuação, não foram além de 3 núcleos coloniais, cujo desempenho, se do ponto de vista técnico pode ser considerado valioso, como é o caso do Núcleo Colonial do Guamá, era inexpressivo como contribuição ao aumento demográfico regional.

Na atualidade, para dar cumprimento a determinações emanadas diretamente do Presidente da República, no sentido de que sejam localizadas cem mil famílias às margens das estradas de integração da Amazônia, até 31 de dezembro de 1974, o INCRA vem desenvolvendo um plano de Colonização que prevê a instalação dos seguintes projetos :

Projeto Marabá, em Marabá, Pará.

Projeto Altamira, em Altamira, Pará.

Projeto Itaituba, em Itaituba, Pará.

Projeto São Jorge, em Santarém, Pará.

Projeto Humaitá, em Humaitá, Amazonas.

Projeto Lábrea, em Lábrea, Amazonas.

Projeto Boca do Acre, em Boca do Acre, Amazonas.

Projeto Abunã, em Abunã, Acre-Amazonas.

Projeto Juruá, em Cruzeiro do Sul, Acre.

Projeto Ouro Preto, em Rondônia, Rondônia.

Projeto Sidney Girão, em Guajará-Mirim, Rondônia.

Projeto Anauá, em Roraima.

Desses projetos estão em desenvolvimento os de Altamira, Marabá, Itaituba, Ouro Preto e Sidney Girão. Os outros encontram-se em fase de estudo e planejamento.

Em Altamira haviam ingressado até outubro de 1972, 2.300 famílias de colonos, em Marabá 600, em Itaituba 600, em Ouro Preto 1.500 e em Sidney Girão 1.000.

O esquema de colonização prevê a localização do colono em comunidades denominadas Agrovilas, de modo a facilitar assistência de toda ordem a ele e seus familiares.

Cada agrovila é constituída de 48 famílias.

Os lotes agrícolas para cada família têm 100 hectares e estão dispostos em volta das Agrovilas, até uma distância máxima de 3 quilômetros. Vinte agrovilas implantadas em um mesmo centro comunitário passam a constituir uma outra unidade de colonização a que o INCRA chama Agrópolis.

GOVERNOS DOS ESTADOS E TERRITÓRIOS

Tanto as Secretarias de Agricultura nos Estados, como as Divisões de Produção nos Territórios, através de seu respectivo órgão de colonização, desenvolvem um permanente esforço para dar assistência às suas colônias antigas, ainda não liberadas, e abrir novos núcleos coloniais.

Ainda hoje, na maioria dos casos de implantação de núcleos, eles são localizados à margem de estradas pioneiras de penetração, em áreas virgens, consistindo a atuação daqueles departamentos na demarcação dos lotes, desmatamento ou não de uma faixa na frente do lote, construção ou não de uma casa nessa faixa, recrutamento de imigrantes, instalação de famílias, distribuição de sementes e mudas, entrega de ferramenta e ajuda financeira nos 6 ou 12 primeiros meses após a chegada dos colonos.

Os lotes, em geral de 25 hectares, medem 250 metros de frente por 1.000 de fundo. Sua ocupação é feita, algumas vezes, pela pura e simples permissão de neles se instalarem os colonos, com o registro do nome do ocupante de cada lote. Em outros casos o ocupante recebe um título provisório, com a promessa de substituição pelo título definitivo após alguns anos de efetivo trabalho no lote.

Os núcleos são implantados sem a realização dos estudos pedológicos e outros levantamentos prévios indispensáveis a esse tipo de empreendimento. Como critério básico prevalece o da ocupação das áreas virgens que as estradas pioneiras vão atravessando, ficando em segundo plano a capacidade de uso dos solos nelas existentes

A deficiência de recursos e, frequentemente, a descontinuidade administrativa, concorrem para que o apoio e a assistência técnica aos colonos se tornem insuficientes, relegando-os à própria sorte. Mesmo assim, os que, por acaso, têm seus lotes em solos de fertilidade razoável e lhes são asseguradas, pelo menos, condições satisfatórias de tráfego nas estradas de acesso aos núcleos, durante todo o ano, tornam-se colonos prósperos.

Cerca de 10% dos colonos assim instalados abandonam logo os seus lotes e deles se retiram alegando, dentre outros, os seguintes principais motivos: impraticabilidade das estradas durante os meses mais chuvosos do ano, dificultando-lhes o escoamento da produção; falta de efetiva assistência governamental; impossibilidade de obterem financiamentos, porque não lhes são entregues em tempo hábil, os títulos definitivos de propriedade dos lotes; motivos de doença e também a falta de adaptação ao trabalho. Este último caso somente acontece quando são levados para as colônias pessoas que em tempo algum dedicaram-se à agricultura.

Sabe-se que os processos de agricultura desses colonos têm como base fundamental a derrubada do arvoredo, a limpeza das áreas pelo fogo e o aproveitamento da cinza resultante da queimada como adubo e corretivo do solo.

Uma família de agricultores operosos, usando esses processos, tem capacidade para desmatar e cultivar, anualmente, uma área de 4 hectares. Não pode fazer a sua lavoura sem desmatamento e queimada. Por isso mesmo, a cada ano avança sobre novas áreas até que, no 6.º ou 7.º ano de permanência na colônia, já não lhe resta mata, pois o seu lote é de 25 hectares e inicia novo ciclo de derrubadas, desta vez nas capoeiras primárias que se desenvolverem nas áreas desocupadas.

Esta fase dos roçados em áreas de matas e capoeiras primárias, cuja duração raramente ultrapassa 15 anos de permanência dos colonos nos lotes, proporciona-lhes relativa prosperidade. É que o solo recebe, com a cinza a ele incorporada por essas duas primeiras queimadas, elementos fertilizantes capazes de assegurar boas safras. Além disso, o custo de produção é baixo, pois as áreas semi-virgens ainda não estão infestadas de ervas daninhas, possibilitando a colheita com uma ou duas capinas. Terminando esse período de relativa fartura, quando não há mais capoeiras primárias a derrubar e se inicia o terceiro ciclo nas capoeiras secundárias, começa também a decadência dos colonos. Sob intensa lixiviação, o solo se desgasta de um ciclo para o outro. As capoeiras se regeneram cada vez mais lentamente, tornando-se necessário esperar, não os 6 ou 8 anos de intervalo do segundo ciclo mas 15, 20 ou mais anos, até que atinjam volume de folhagem e de ramos, capazes de incorporar à superfície do solo, pela queimada, a quantidade de cinzas necessária ao desenvol-

vimento das culturas. Por outro lado, as ervas daninhas infestam cada vez mais as plantações até que, atingidos os níveis máximos de degradação das capoeiras e de infestação de ervas daninhas, o plantio torna-se antieconômico e a situação insustentável para o colono localizado em áreas de solo originalmente pobre. Ele abandona o lote ou ali permanece vivendo insatisfeito, a reclamar assistência do governo. Surge então o paradoxo: os colonos abandonam o núcleo ou nele permanecem em condições sub-humanas, justamente quando deviam ter atingido sua autonomia econômica.

NOVAS PERSPECTIVAS PARA A COLONIZAÇÃO

É evidente que essa colonização vem sendo prejudicada por várias deficiências, principalmente de ordem técnica, educacional e econômica.

No passado, as deficiências de ordem técnica e educacional constituíram um dos fatores limitantes do êxito do processo colonizador. Havia escassez de agrônomos e inexisteriam resultados positivos da pesquisa e experimentação, as quais cabe, em primeiro lugar, encontrar as soluções para os problemas da agricultura regional. Tornava-se impossível, portanto, a utilização de demonstrações práticas para evidenciar o valor de outros sistemas de agricultura, mesmo porque é preferível não os fazer, do que tentar introduzir inovações sem base técnica, pois o fracasso de uma demonstração realizada para comprovar o valor de um novo sistema de agricultura provoca uma impressão de tal forma desfavorável no colono, que é difícil de ser depois corrigida. Esta fase de transmitir ensinamentos aos colonos era a que se mostrava mais falha. Por outro lado, a assistência econômica era quase inexistente.

É do conhecimento geral que os fatores econômicos que mais influem no êxito das atividades agrícolas são a garantia de preços mínimos, a facilidade de crédito e a facilidade de escoamento da produção.

A garantia de preços mínimos encoraja e protege o produtor contra os intermediários e as suas pressões para obterem os produtos por preços excessivamente baixos.

A facilidade de crédito permite ao colono suprir-se dos elementos essenciais ao êxito da lavoura, tais como sementes selecionadas, adubos, implementos, inseticidas e até mesmo a própria terra em que trabalha. O crédito deve ser a juros baixos e prazos que ultrapassem o ciclo da atividade para a qual é concedido. Isso não existia.

Por sua vez, os meios de transporte são da máxima importância para a consolidação das colônias, pelo estímulo que levam ao agricultor, facilitando-lhe o escoamento da safra e o intercâmbio econômico

Em muitas zonas da Região as dificuldades de transporte ainda restringem a produção ao consumo local, em determinada época do ano, ou são responsáveis pela deterioração de muitos produtos agrícolas.

Na atualidade o quadro acima esboçado tende a sofrer profundas modificações.

No campo da pesquisa, o Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte (IPEAN), nos seus anos de funcionamento, acumulou um acervo de resultados positivos, tanto no setor fitotécnico, zootécnico e fitossanitário como no pedológico, em quantidade e qualidade suficientes para dar início à tarefa de renovação tecnológica deste importante setor da economia regional, cuja renovação, para ser atingida, já conta com o indispensável instrumental humano preparado anualmente pela Faculdade de Ciências Agrárias do Pará. Vale incluir neste parágrafo o esforço que o poder público vem desenvolvendo no sentido de elevar o nível sanitário das populações rurais, as suas condições de habitação e, muito especialmente, o seu nível cultural.

No campo da assistência econômica aí estão os preços mínimos para os principais produtos agrícolas; as estradas de integração da Amazônia, a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; o fortalecimento dos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem e os incentivos à iniciativa privada, que o governo a cada instante aprimora e que são examinados em outros capítulos desta publicação.

Tais contribuições abrem novas perspectivas para a colonização da Amazônia, mas devemos envidar esforços, cada um até o limite de suas possibilidades, para mobilizar os meios disponíveis de toda ordem e imprimir uma nova orientação ao processo colonizador. O êxito desse empreendimento, cuja meta principal deve ser a ocupação definitiva dos imensos espaços vazios aqui existentes, dependerá, acima de tudo, da competência e do espírito de dedicação de milhares de brasileiros, tanto dos que estudam e planejam nas cidades, como também, e principalmente, dos que compartilham da vida dos colonos no interior.

São considerados fatores agronômicos capazes de concorrer positivamente para o êxito desse gigantesco esforço :

- a) fortalecimento do IPEAN e FCAP, para que possam cumprir cada vez melhor as tarefas magnas que lhes cabem;
- b) melhor aproveitamento pelos órgãos de colonização, das pesquisas realizadas principalmente pelo IPEAN e pela FCAP e do instrumental humano que é preparado pela Faculdade;
- c) levantamento pedológico prévio das áreas das colônias, possibilitando orientar a localização dos agricultores e disciplinar as suas atividades de modo que estejam em consonância com a capacidade de uso do solo;

d) ampliação da área dos lotes agrícolas para pelo menos 100 hectares;

e) inclusão da arboricultura florestal e da criação de bovinos no planejamento das atividades dos colonos;

f) intensificação de pesquisas em busca de um sistema regional tendo por princípio básico a associação da arboricultura florestal à pecuária, de tal modo que concilie as seguintes vantagens dos dois tipos de exploração :

— triplo rendimento das áreas pois que o arvoredo, além de sombra para o gado proporcionará outros rendimentos concomitantemente com a pecuária;

— o arvoredo ameniza as condições do clima para o gado, graças à distribuição planejada das árvores no pasto;

— adubação orgânica automática do arvoredo, com a parcagem do gado à sua sombra;

— antecipação da reversibilidade do capital empregado na arboricultura florestal, através do rendimento proporcionado pelo gado.

AS COLÔNIAS MILITARES DE FRONTEIRA

A linha de fronteira de nosso País na Região Amazônica se estende por uma extensão superior a 11.000 quilômetros, sendo a maior parte dela inteiramente despovoadas.

Com o objetivo de manter uma permanente vigilância e guarda dessa linha divisória com os países vizinhos, o nosso Exército instalou diversas Unidades de Fronteira, no escalão de Companhia ou Pelotões, localizadas nos pontos de maior importância estratégica.

Todavia, "a história ensina, no Brasil e alhures, que a pura e simples ocupação militar não se tem revelado suficiente para uma efetiva segurança de áreas territoriais ou trechos fronteiriços despovoados. São exemplos que nos dizem respeito, a colonização e posse do território acreano pelos brasileiros do Nordeste, contra quem nada pôde fazer a milícia boliviana; a longa disputa entre o Brasil e a França; na região contestada do Amapá e a perda da Província Cisplatina, logo após a retirada do nosso Exército; por não ter sido a ocupação militar acompanhada de um plano de colonização" (12).

Experiências referentes a este sistema tiveram início em 1969, na Fazenda Paissandú, de propriedade do autor desta publicação, com o plantio de seringueiras em faixas alternadas com pastagem artificial. Os resultados estão se revelando muito promissores.

Baseados nessa verdade histórica, sentiram os dirigentes do País, com a permanente preocupação de garantir a nossa soberania na Amazônia, a necessidade de se estabelecer um programa de fixação de núcleos populacionais naqueles pontos estratégicos, como a melhor solução para os problemas de Segurança Nacional que a simples ocupação militar não é suficiente para resolver. Surgiu assim, sob a inspiração do Exército, a idéia de serem transformadas as Unidades de Fronteira, em Colônias Militares, que se constituíssem um exemplo a ser seguido para ocupação, com base econômica, de outros trechos da faixa de fronteira.

As providências necessárias ao cumprimento dessa diretriz foram estabelecidas a 26 de fevereiro de 1959, pelo Decreto n.º 45.479, que aprovou o Regulamento das Colônias Militares de Fronteira.

Nesse regulamento, minuciosamente elaborado, foram criados dois tipos de Colônias. As Colônias do tipo "A", localizadas na linha de fronteira e as do tipo "B", situadas na faixa de fronteira mas fora da linha divisória(*).

Tanto as do primeiro como do segundo tipo têm como finalidades principais :

a) contribuir para a formação de população nacional selecionada, produtiva e bem assistida, na linha de fronteira;

b) contribuir para o desenvolvimento demográfico, social e econômico das áreas que medeiam entre os centros de maior expressão da Região Amazônica e a linha de fronteira;

c) exercer vigilância efetiva na fronteira, afirmando de forma inequívoca a posse da terra e a nossa soberania naquelas regiões;

d) utilizar a mão-de-obra militar em campanhas cívicas;

e) aproveitamento da infra-estrutura existente nas Unidades Militares de Fronteira, as quais, com o acréscimo de algumas instalações transformar-se-ão em centros de produção, sem prejuízo de sua missão de segurança.

Para a consecução desses objetivos o Regulamento das Colônias Militares de Fronteira considera como imprescindíveis a cooperação com o Exército de todas as instituições oficiais e mesmo privadas existentes na Amazônia, através de frequentes entendimentos e ligações do Comando Militar da Amazônia com a 1.ª Zona Aérea, 4.ª Distrito Naval, Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia, Empresa de Navegação da Amazônia S.A., Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Norte e órgãos de fomento vegetal e animal federais e estaduais, Instituto de Pesquisas da Amazônia,

(*) — É considerada faixa de fronteira, indispensável à segurança do País, a zona interna de 150 quilômetros de largura, paralela à linha divisória do território nacional (Lei n.º 2.597, de 12/9/1955).

Serviço Especial de Saúde Pública, Departamento Nacional de Endemias Rurais e as Prelazias existentes na região.

No âmbito militar o controle das ações ficou a cargo, no Estado Maior do Exército, do Grupo de Estudos Amazônicos, e no Comando Militar da Amazônia, da Comissão Militar de Estudos, criada pela nota reservada n.º 23-D3-E, de 20 de janeiro de 1956 e presidida pelo próprio Comandante Militar da Amazônia.

As atividades da Comissão Militar de Estudos ficaram centralizadas na Seção de Planejamento e Cooperação, do Quartel General do CMA.

Para que se tenha uma idéia do interesse do Exército em dinamizar esse programa basta dizer que antes mesmo de ser aprovado o referido Regulamento, ou seja, no dia 24 de setembro de 1959, o Ministro da Guerra, General Enrique Teixeira Lott, já havia encaminhado ao Diretor do então Instituto Agrônomo do Norte, o Aviso n.º 148/1D/3-E, no qual assim se expressava :

"Deu-me ciência o Estado Maior do Exército dos entendimentos havidos em Belém, no mês de setembro último entre oficiais seus representantes e entidades civis diversas, também fiadores, como a Fôrça Armada, da segurança da área Amazônica. Dentre eles ressaltam, por sua importância, as conversações mantidas com a Direção desse Instituto, tendo em vista a garantia de assistência e orientação técnicas a uma agricultura e uma pecuária racionais nas Colônias Militares que o Governo acaba de criar, a cargo do Exército, em pontos estratégicos da Fronteira Amazônica; bem assim, em contra partida, a possibilidade de aproveitamento por parte desse Instituto, de áreas dessas Colônias Militares para experimentação e pesquisa de caráter técnico de seu interesse, e facilidades outras que as Colônias possam oferecer.

2. Cumpre-me nesta oportunidade, manifestar, em nome do Exército, minha satisfação pela elevada compreensão evidenciada pela Direção do Instituto Agrônomo do Norte, de um problema que envolve a própria Segurança Nacional, e cuja solução terá alta repercussão no desenvolvimento econômico-social das regiões fronteiriças da Amazônia, além de assegurar sua vigilância e guarda nas condições mais compatíveis com o interesse e a dignidade nacionais.

3. Ao manifestar a convicção de que desse trabalho conjunto resultarão medidas objetivas em benefício da imensa e valiosa área amazônica, por cuja segurança e desenvolvimento as Fôrças Armadas e as organizações civis nela

Instaladas têm, todas, sua parcela de responsabilidade, comunico a Vossa Senhoria que o General de Divisão HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO, Comandante Militar da Amazônia e da 8.ª Região Militar, manterá com esse Instituto os entendimentos e as ligações que se fizerem necessários para concretizar-se a colaboração assentada nos entendimentos referidos.

Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Senhoria meus protestos de estima e apreço”.

Em decorrência dos entendimentos havidos entre o General de Divisão Humberto de Alencar Castelo Branco e o Diretor do IAN, passou o próprio Diretor do Instituto a assessorar o CMA, coordenando e participando de expedições técnico-científicas realizadas às Unidades Militares de Fronteira, para a elaboração dos programas agropecuários a serem desenvolvidos pelas Colônias que viessem a ser instaladas.

Realizaram-se expedições à fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, à fronteira do Brasil com a Colômbia e Peru e à fronteira Brasil-Bolívia, tomando-se como ponto de apoio para as pesquisas, respectivamente, as Companhias existentes em Clevelândia e Tabatinga e o 7.º Pelotão, em Forte Príncipe da Beira. Também foram visitadas as Unidades de Fronteira em Boa Vista, Cucuí, Japurá, Ipiranga, Estirão do Equador, Rio Branco, Porto Velho e Guajará-Mirim, visitas essas efetuadas pelo diretor do IAN, acompanhando grupos de oficiais do Estado Maior do CMA .

Os resultados desses estudos foram entregues ao General Castelo Branco e aos Comandos Militares da Amazônia que o sucederam, sob a forma de relatórios, alguns dos quais divulgados pelo IPEAN e CMA nas seguintes publicações :

1. A Vitalização Agropecuária na Fronteira Brasil-Guiana Francesa, de autoria de Rubens Rodrigues Lima, J. P. S. Oliveira Filho, Batista Benito Gabriel Calzavara e Eurico Pinheiro, Boletim Técnico do IAN n.º 39, 1960.
2. O Vale do Uaçá. Rubens Rodrigues Lima e Ten. Cel. Vet. João dos Santos Arruda. Publicação do CMA, 1961.
3. Estágio Atual dos Planos Agropecuários na Colônia Militar do Oiapoque. Rubens Rodrigues Lima. Publicação do CMA, 1962.
4. Observações preliminares sobre as possibilidades de vitalização da fronteira Brasil-Peru e Brasil-Colômbia. Rubens Rodrigues Lima, Eurico Pinheiro, Ítalo Cláudio Falesi e Major Denny Eiras Baptista. Relatório mimeografado, 1967.

OS ESTÍMULOS A INICIATIVA PRIVADA

Em 1966 o Governo Federal iniciou na Amazônia nova política de desenvolvimento e ocupação, levando a ação governamental ao encontro das empresas privadas, através de concessões fiscais.

Essa nova política teve como ponto de partida a Lei n.º 5.174, de 27 de outubro de 1966 que contém vasto dispositivo abrangendo várias modalidades de isenções fiscais e deduções tributárias.

Pela mencionada Lei, até o ano de 1982, estão isentos do Imposto sobre a Renda e quaisquer adicionais a que estiverem sujeitos, os resultados financeiros obtidos por empresas situadas na área amazônica, obedecidas as seguintes estipulações :

- a) isenção de 50% para os empreendimentos que se encontrarem efetivamente instalados à data da publicação da Lei.
- b) em 100% para os empreendimentos que
 - se instalarem até o fim do exercício financeiro de 1971;
 - já instalados à data da publicação da Lei, ainda não tiverem iniciado a fase de operação;
 - já iniciados àquela data, antes do fim do exercício de 1971 modernizarem ou aumentarem o índice de industrialização de matérias primas, colocando em operação novas indústrias

Por outro lado, foi concedida isenção de impostos e taxas federais às pessoas jurídicas que se dedicarem a atividades industriais, agrícolas e pecuárias, ou de serviços básicos, com relação :

- a) à correção do registro contábil do valor dos bens de seu ativo imobilizado e ao correspondente aumento de capital;
- b) ao aumento de capital com recursos provenientes de reservas ou lucros em segurança.

Também ficaram isentos de quaisquer impostos ou taxas as importações de máquinas e equipamentos para a execução de empreendimentos de interesse regional, bem como a importação de motores marítimos, os dois primeiros benefícios concedidos somente às pessoas jurídicas e o último extensivo às pessoas físicas.

As deduções tributárias se referem ao Imposto Sobre a Renda e taxas adicionais e possibilitam :

- a) deduções até 50% do valor do imposto devido, para inversão em projetos agrícolas, pecuários, industriais, de serviços básicos;

- b) deduções de 75% do valor das obrigações que os interessados adquirem, com o fim específico de ampliar os recursos do Fundo de Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia.

A Lei estabelece diversas condições para a concessão desses benefícios. Dentre elas destacam-se :

- a) o valor de quaisquer das isenções fiscais concedidas até 1982 deverá ser incorporado às empresas beneficiadas;
- b) o direito às isenções de impostos só incidirá sobre os resultados financeiros obtidos de estabelecimentos instalados na área de atuação da SUDAM;
- c) a importação de máquinas, equipamentos e motores marítimos com a isenção de impostos não será autorizada quando houver no País similares das mesmas;
- d) as máquinas, equipamentos e motores marítimos adquiridos com as vantagens da Lei não poderão ser alienados ou transferidos para utilização fora da Amazônia;
- e) os recursos oriundos das deduções do Imposto sobre a Renda só poderão ser aplicados quando as empresas interessadas concorrerem para os investimentos totais dos projetos com recursos próprios nunca inferiores a um terço dos recursos oriundos das deduções do Imposto Sobre a Renda;
- f) só poderão gozar dos benefícios da Lei os empreendimentos que forem considerados pela SUDAM de interesse para o desenvolvimento da Amazônia.

O acerto dessa nova orientação política está comprovado no estímulo que trouxe à iniciativa privada na Amazônia, notadamente no setor agropecuário, onde surge uma verdadeira avalanche de novos empreendimentos, muitos dos quais já instalados, enquanto outros encontram-se em fase de implantação ou com os seus projetos em exame.

Aprovada a Lei a 27 de outubro de 1966, em fins de 1969 a SUDAM havia aceito 144 projetos agropecuários, com a concessão de incentivos fiscais da ordem de Cr\$ 620.658.060,00 (14), como se pode ver na Tabela n.º 6.

A lei já sofreu diversas modificações e aprimoramentos. Em 1970, pelo Decreto-Lei n.º 1.106, de 16 de junho, foram destacados 30% do total das deduções tributárias, para serem aplicados diretamente pelo Governo Federal, no Plano de Integração Nacional (PIN), e em 1971, pelo Decreto-Lei n.º 1.179, foram deduzidos daquele total mais 20% para serem aplicados através do Projeto de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte e Nordeste (PROTERRA).

TABELA N.º 6 — Projetos agropecuários aprovados pela SUDAM no período 1966-1969.

Unidades	Empresas	Área (ha)	Empregos	Incentivos
MARANHÃO	2	4.002	47	1.549.000
PARÁ	48	1.807.649	2.013	175.805.340
AMAZONAS	2	4.631	53	2.841.148
MATO GROSSO	81	2.962.762	5.096	408.197.602
GOIÁS	11	298.924	406	33.759.064
TOTAIS	144	5.077.968	7.615	622.152.154

FONTE : Os Incentivos Fiscais e a Iniciativa Privada — Projetos aprovados. SUDAM, 1969.

AS ESTRADAS DE INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA

Como já foi salientado em outros capítulos, o maior problema da Amazônia é o despovoamento. Por isso mesmo, o passo mais importante para desenvolvê-la é abrir caminhos que permitam a sua ocupação humana. A essa tarefa vem se lançando o Governo Federal, desde o tempo em que ocupava a Presidência da República, o Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira.

As duas principais vias de integração rodoviária da Amazônia às outras regiões do País datam daquela época e tiveram sua origem na transferência da capital para o Planalto Central, pois a própria Lei que criou Brasília vinculou a construção da nova capital ao estabelecimento de uma rede rodoviária que ligasse a sede do Governo à Região Norte, pela Belém-Brasília e Cuiabá-Rio Branco; à Região Sul, através da Brasília-São Paulo; ao Nordeste, com a Brasília-Fortaleza e à Região Leste, pela Brasília-Rio de Janeiro.

A Belém-Brasília, iniciada em 1958 e aberta ao tráfego no dia 21 de abril de 1960, data da inauguração da nova capital, foi, assim, a primeira das grandes vias de integração da Amazônia. Antes dela o solo amazônico era impenetrável, por via terrestre.

Construída dentro de um prazo pré-estabelecido de 2 anos, não mais deixou de possibilitar o tráfego, desde a data de sua inauguração, embora até 1964 só o permitisse na estação seca. Somente a partir de 1967 possibilitou livre trânsito em qualquer época do ano.

Segundo ROBERTO MENNA BARRETO, citado por ORLANDO VALVERDE e CATHARINA VERGOLINO DIAS (18), o custo total da estrada atingiu apenas 6 bilhões de cruzeiros antigos, ou seja menos da metade do tempo e do custo de construção previstos por empresas estrangeiras licitantes.

Atualmente a estrada proporciona satisfatórias condições de tráfego a veículos de qualquer tipo e nela transitam diariamente centenas de carros, desde os pequenos automóveis de passageiros, os que fazem a linha de ônibus com horários regulares de Belém a Brasília, até os caminhões gigantes com carga dos mais variados tipos.

A rodovia gerou a circulação de riquezas e promoveu o desenvolvimento onde era estagnação. Com a sua abertura, vilas e cidades surgiram espontaneamente ao longo de seu percurso de 2.000 quilômetros. Por outro lado, alguns centros populacionais antigos que viviam estagnados, atingidos por ela, duplicaram as suas populações nestes últimos anos e passaram a receber novo influxo de prosperidade. A estrada é hoje, apesar de não pavimentada, uma artéria vital para o abastecimento das cidades de todo o Leste Paraense. Por outro lado, criou condições favoráveis para que empresas privadas regionais e especialmente do Sul do País se interessassem em pleitear os benefícios da Lei n.º 5.176 para aplicá-los no setor agropecuário, no Norte de Mato Grosso e de Goiás e no Sul do Pará, graças às facilidades que a rodovia ensejou para a instalação das fazendas e o escoamento da produção. Mais de 78% das empresas relacionadas na tabela n.º 6 estão implantadas, direta ou indiretamente, em áreas servidas pela Belém-Brasília.

A estrada Cuiabá-Rio Branco não teve o mesmo destino da Belém-Brasília. Iniciada quase no mesmo tempo da irmã gêmea, só ficou concluída recentemente, graças à eficiente atuação de um Batalhão de Engenharia do Exército.

Partindo de Cuiabá, a estrada passa em Barra dos Bugres e Vilhena. Daquela última cidade segue para Rondônia, Porto Velho e Abunã, no Território de Rondônia, com um ramal já concluído ligando Porto Velho a Guajará-Mirim. Entrando no Estado do Acre vai a Rio Branco, até onde já permite tráfego razoável. Da capital do Acre deverá ir a Cruzeiro do Sul e Boqueirão da Esperança, na fronteira com o Peru.

Viaja-se hoje de São Paulo a Porto Velho, em 6 dias e desta capital a Rio Branco, em 12 horas. Qualquer mercadoria que se destinasse ao Sul do País pelas vias fluviais e marítimas, partindo de Rio Branco, não teria chance de chegar ao ponto de destino antes de 30 dias, se os rios Purus e Acre estivessem no período das enchentes. No regime fluvial oposto, isto é, na fase da vazante, a demora da viagem seria simplesmente imprevisível.

Na batalha da integração definitiva do solo amazônico ao território brasileiro, a Belém-Brasília e a Cuiabá-Rio Branco desempenharam missão precursora coroada do mais completo êxito.

Lança-se agora o Governo Federal à execução de um plano rodoviário muito mais amplo e, para tranquilidade nossa, estão à frente do mesmo, no controle direto das ações, as mais expressivas e dinâmicas figuras da administração federal, com participação pessoal do próprio Presidente da República.

Nesse plano rodoviário as estradas amazônicas visam complementar as vias fluviais, num processo de completa integração. As estradas, por sua própria finalidade, favorecerão o deslocamento de cargas mais leves e de maior valor, bem como possibilitarão o rápido povoamento das regiões que atingem. Os rios, com o emprego de unidades mais adequadas às peculiaridades regionais continuarão sendo usados para transporte de cargas volumosas e de baixo preço. Para supervisioná-lo tecnicamente, foi criado com sede em Manaus, o Centro de Planejamento Rodoviário da Amazônia.

As metas rodoviárias a serem atingidas pelo governo são as seguintes :

1.º) Consolidação das Estradas Belém-Brasília e Cuiabá-Rio Branco; pavimentação da Belém-Brasília em etapas anuais sucessivas, até 1973.

2.º) Construção de uma estrada Transamazônica que, partindo do ponto de intersecção com a Belém-Brasília, em Estreito, estabeleça ligação entre Marabá, Altamira, Itaituba, Jacaréacanga, Humaitá, Lábrea, Boca do Acre, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, utilizando neste último trecho segmentos de rodovias já em fase de implantação

O início das obras da Transamazônica contou com a presença do Presidente Garrastazu Médici, que derrubou a primeira árvore, simbolicamente, e de todos os Ministros das pastas ligadas ao plano.

3.º) Construção da Estrada Santarém-Cuiabá, tendo o ponto de intersecção com a Transamazônica em Itaituba e passando em Cachimbo.

4.º) Construção da Estrada Perimetral Norte, que ligará a cidade de Macapá a Caracará, no Território de Roraima, e Içana, no Estado do Amazonas, devendo prolongar-se daí à fronteira com a Colômbia.

5.º) Construção da Manaus-Porto Velho, que integrará a capital do Amazonas ao Centro-Sul, através da Cuiabá-Porto Velho.

6.º) Construção de uma estrada ligando Cruzeiro do Sul a Benjamin Constant e Içana.

7.º) Conclusão das estradas Macapá-Oiapoque, Manaus-Caracará-Boa Vista e Teresina-Belém.

8.º) Abertura de ramais das estradas troncos até as linhas de fronteira, nos trechos de maior interesse estratégico.

O mapa anexo contém a rede rodoviária a ser construída.

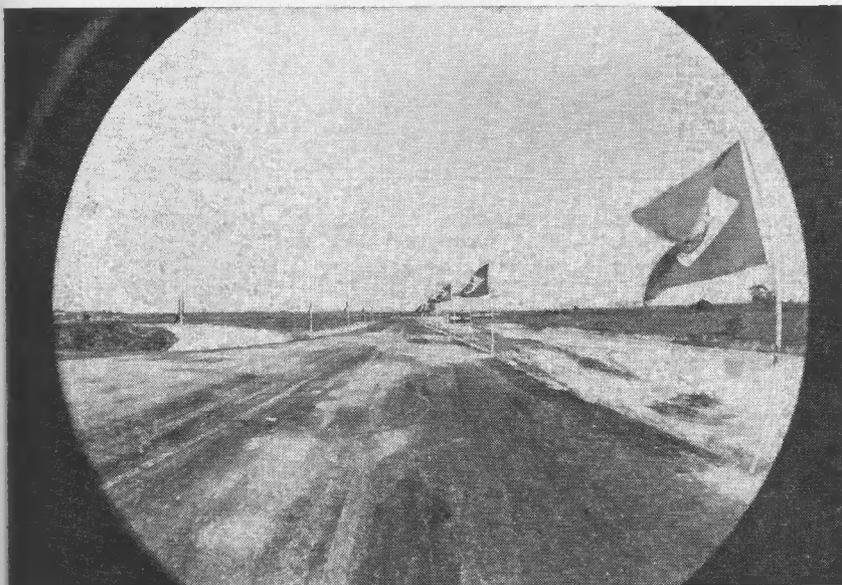
Segundo pronunciamentos oficiais, todo esse plano rodoviário será concluído durante o governo do Presidente Médici.

A Transamazônica, considerada como estrada de construção difícil, está sendo implantada dentro dos prazos previstos. No início da obra, segundo os cronogramas estabelecidos, o seu primeiro trecho de 1.240 quilômetros deveria ser concluído a 28 de setembro de 1972 e, exatamente nessa data ali esteve presente o Exmo. Sr. Presidente da República, General Emilio Garrastazu Médici, para presidir ao ato de inauguração (gravuras 4, 5 e 6).

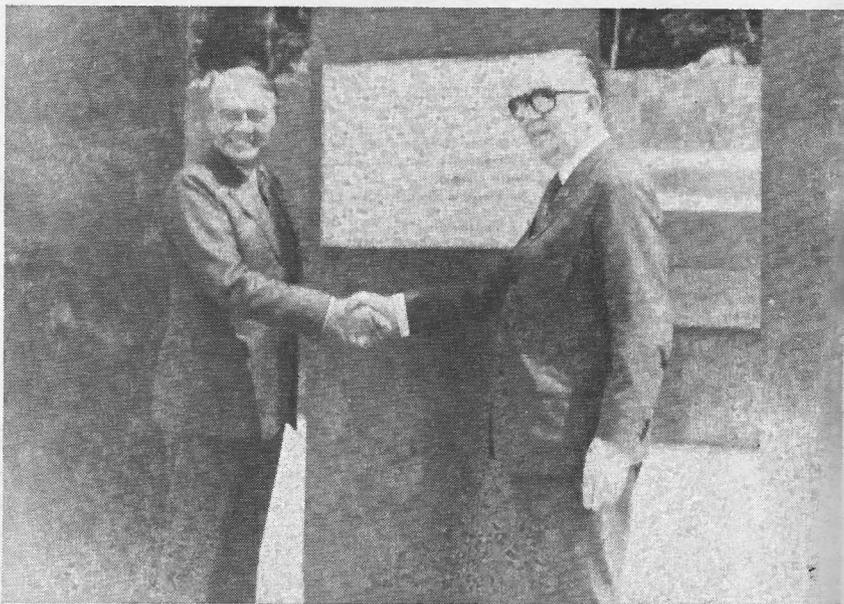
O segundo trecho já está sendo atacado e tem 1.070 quilômetros de extensão.



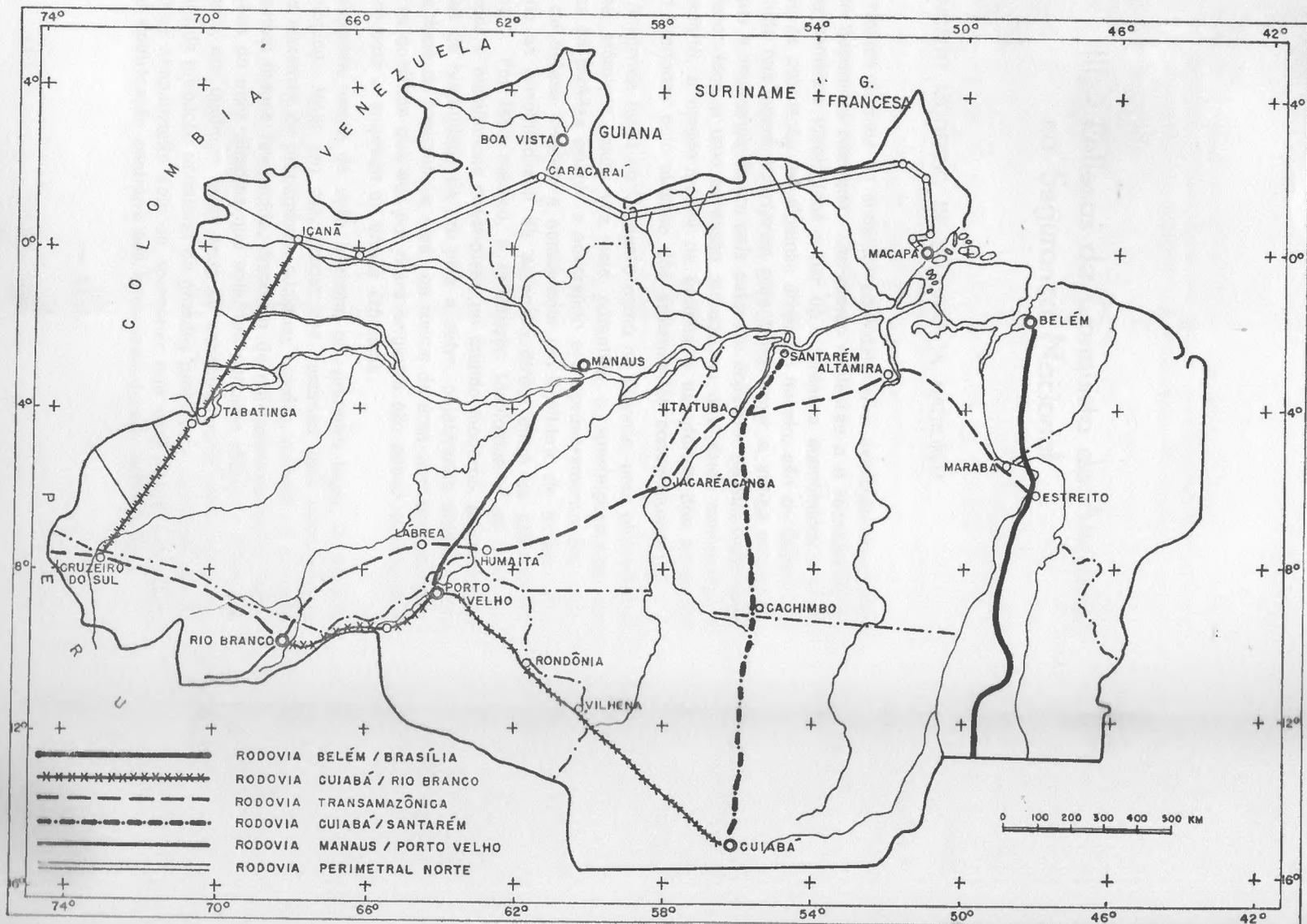
Gravura n.º 4 — Inauguração do trecho Estreito-Marabá (Transamazônica). O Presidente Médici quando recebia flâmula ofertada pelo Prefeito de Marabá.



Gravura n.º 5 — Dia da inauguração do trecho Estreito-Marabá.



Gravura n.º 6 — Placa comemorativa e cumprimento presidencial ao Ministro Andreazza na inauguração do trecho Altamira-Itaituba, em 28.9.72



III – Reflexos da Conquista da Amazônia na Segurança Nacional

CONCEITO MODERNO DE SEGURANÇA NACIONAL

Nestes últimos 30 anos foi considerável a evolução do conceito de Segurança Nacional. As armas nucleares e o recrudescimento de conflitos ideológicos a par de interesses econômicos e o excesso de população em algumas áreas do mundo, são os fatores essenciais que agora interferem para transformar a antiga concepção de que a segurança de um país estava a depender da sua capacidade de fazer face a uma agressão armada, na qual eram conhecidos o adversário, o campo inicial de batalha e os efeitos dos combates eram limitados pelo alcance dos armamentos convencionais (3).

A corrida tanto no Ocidente como no Oriente, pela obtenção de armas atômicas, cada vez mais potentes, o aperfeiçoamento dos meios de fazê-las atingir o adversário e o aprimoramento dos sistemas de defesa, tendem a estabelecer um equilíbrio de forças, diminuindo as possibilidades da agressão direta entre as grandes potências. Por isso mesmo, a infiltração ideológica e as pressões políticas e econômicas constituem, no mundo moderno, as principais formas de hostilidade de um país a outro, objetivando anular a sua capacidade de resistência, sem os riscos de uma conflagração total pois os conflitos que vez por outra originam são pouco susceptíveis de provocar o emprego de armas atômicas.

Aqueles meios de ação buscam, em primeiro lugar, o domínio psicológico. Hoje em dia, graças aos recursos que oferecem os atuais sistemas de propaganda, qualquer cidadão, mesmo os de nível intelectual menos favorecido, dispondo de um instrumento de comunicações do mais simples que seja, um pequeno rádio de pilha, por exemplo, em qualquer lugar onde se encontre, pode participar como ouvinte da pregação unilateral de grandes problemas mundiais, e dela tornar-se simpaticizante sem se aperceber que está sendo submetido a uma doutrinação contrária aos interesses de seu próprio país.

Tal estado de cousas cria condições para que uma nação soberana, no mundo moderno, esteja permanentemente exposta a duas formas principais de agressão: a Indireta e a subversiva.

"A agressão indireta se exerce nos domínios políticos e econômicos. É geradora de divisões nacionais, de dificuldades econômicas e de desordens sociais e solapa a força de resistência dos Estados livres.

A agressão subversiva tende a quebrar a ordem estabelecida, pretendendo o domínio das comunidades por uma minoria ativa. Ela explora os efeitos da agressão indireta, ataca os indivíduos como as estruturas e procura destruir a resistência de uns e a eficiência de outros. Secreta na sua organização, mas querendo mostrar brilho nas suas manifestações, ela coloca os estados democráticos diante do espantoso problema de uma luta não traçada humanamente e às claras, contra um adversário que se utiliza de todos os processos de ação clandestina da intimidação, do terrorismo e da vontade de subverter" (3).

Por outro lado, o aumento vertiginoso da população em diversas regiões do globo, destituídas de recursos naturais capazes de suportá-la, tem contribuído para a morte, pela fome, de grandes contingentes de populações, enquanto outros vivem permanentemente em condições subhumanas, constituindo sério perigo para a integridade dos países onde existem áreas despovoadas, pela ameaça que paira sobre os mesmos, de se verem forçados por uma decisão a bem da humanidade, a receber esses excedentes de população.

Como se vê, o conceito atual de Segurança Nacional é muito amplo e envolve uma série de medidas de proteção dos recursos vitais do país e de preparação política, econômica, psico-social e militar das populações de modo a TORNAR A NAÇÃO MORAL E MATERIALMENTE FORTE PARA FAZER RESPEITAR A SUA SOBERANIA.

Têm sua parcela de responsabilidade na Segurança Nacional, o Governo, as Forças Armadas, as Organizações Cívicas e todos os cidadãos.

FONTES GERADORAS DE PREOCUPAÇÕES PARA A SEGURANÇA NACIONAL NA AMAZÔNIA

Como vimos no capítulo anterior, o conceito moderno de Segurança Nacional envolve medidas de proteção dos recursos vitais do país, e de preparação política, econômica, psico-social e militar das populações, de modo a tornar a NAÇÃO MORAL E MATERIALMENTE FORTE PARA FAZER RESPEITAR A SUA SOBERANIA.

Em um país tão jovem e de dimensões continentais como o nosso, com um dos pontos extremos na Serra do Caburai, a 5°11' de latitude Norte, outro no Arroio Chui, a 33°45' de latitude Sul, e com a maior saliência a Leste na Ponta do Seixas, e a Oeste, na Serra de Contamana, ambas se distanciando por mais de 4.000 quilômetros, é natural a existência de variados contrastes que se constituem fontes de preocupações para a Segurança Nacional.

Contrastes geográficos com implicações na utilização das riquezas nacionais, pois que o calor é constante na maior extensão do território, mas há zonas onde se registram geadas e até mesmo queda de neve. As chuvas são abundantes e mesmo exageradas em grande parte do País, mas em outras tornam-se tão escassas que lhes conforma fisionomia semi-árida. Na configuração do relevo observam-se extensas planícies, planaltos elevados e também montanhas que ultrapassam 3.000 metros de altura. A formação geológica revela a existência de terrenos desde os de origem muito antiga, do Arqueano, até os que ainda se formam sob as nossas vistas, do Quaternário recente, e na paisagem botânica, florestas tropicais exuberantes e heterogêneas constituem o revestimento de vastas áreas, predominando em outras extensos palmeirais, caatingas agressivas, campos cerrados, ou campinas e florestas homogêneas de pinheiros.

Contrastes sociais e econômicos, pois o isolamento do homem na floresta o reduz a uma existência primitiva, sem possibilidades de evoluir, por ser difícil levar-lhe instrução e especialização funcional, enquanto nos grandes centros, o saneamento, a instrução e os meios de comunicação e transporte de toda ordem, constituem elementos básicos do seu progresso, ensejando que o País se apresente dividido em dois extremos, um que pouco progride e o outro que cada vez mais cresce e enriquece, pondo em evidência a necessidade urgente de serem anulados esses desníveis, os quais estimulam, dentre outros inconvenientes, a infiltração nas regiões desfavorecidas social e economicamente, de ideologias contrárias aos interesses nacionais (1).

Não são menores os contrastes demográficos: extensas áreas se apresentam de clima e solo aptos à implantação de civilizações, mas totalmente desabitadas e constituindo imensos espaços vazios, a despertar a cobiça internacional, tantas vezes alertada pelo insigne mestre ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS, enquanto em outras, como o Nordeste, assolado periodicamente por terríveis calamidades, perduram excedentes de braços e de cérebros.

Na realidade, na região do Nordeste, "oficina gentium do Brasil", os níveis de produção de gêneros alimentícios estão a indicar que a capacidade de uso do solo do sertão já foi ultrapassada, de

muito, pelo crescimento demográfico, o que se comprova durante os períodos de seca, pela grande parte da população que fica exposta a situações calamitosas e sub-humanas.

A despeito da atuação da SUDENE, as possibilidades de aumento da produção agropecuária para alimentar aquele excedente populacional são pequenas, ora porque as técnicas agrícolas empregadas ainda não são totalmente compatíveis com as singularidades do meio ambiente, ora porque essas medidas são em geral de adoção lenta pelos agricultores, e muitas vezes de efeitos retardados, ainda não havendo indícios de que os problemas criados pelas secas possam ter solução, em futuro próximo. Não possuindo o País os recursos financeiros e tecnológicos que seriam necessários para corrigir, em prazo razoável, as condições do meio ambiente no Nordeste, não resta dúvida de que o deslocamento daquela mão-de-obra disponível é a solução mais acertada para assegurar aos nordestinos, o bem-estar de que necessitam, além de contribuir para a ocupação dos espaços vazios da Amazônia. Essa coincidência de interesses ainda encontra reforço no fato indiscutível de ser o nordestino um colono dotado de extraordinário espírito patriótico, comprovado na conquista do Acre e nas refregas para a expulsão de franceses e holandeses do solo nordestino (13).

Constitui ainda outra fonte de preocupação para a Segurança Nacional na Amazônia, o povoamento acelerado das áreas amazônicas não brasileiras, pelos países vizinhos que as possuem.

Como é do conhecimento geral, a Amazônia está ocupada percentualmente pelos seguintes países: Brasil, 57,5%; Bolívia, 10,4%; Colômbia, 10,0%; Peru, 9,8%; Guiana, 3,7%; Venezuela, 2,8%; Equador, 2,3%; Suriname, 2,1% e Guiana Francesa, 1,4%. Desses países, o único que não tem limites conosco é o Equador.

Quanto aos outros, tanto o Peru, Colômbia e Bolívia, como a Venezuela e Guiana, estão empreendendo, os três primeiros a marcha para Leste, e os dois últimos para o Sul, em busca da ocupação das áreas amazônicas situadas dentro dos seus limites, do que poderão resultar pressões sobre as nossas fronteiras.

Por tudo isso a ocupação da Amazônia constitui um desafio à nossa geração, que não pode ser recusado. O Governo do Presidente Médici lança-se a essa batalha patriótica e o próprio Presidente assume a liderança das ações, repetindo para toda a nação a ordem de comando de Caxias, proferida há exatamente um século, ao transpor a ponte de Itororó: SIGA-ME QUEM FÔR BRASILEIRO!

RESUMO

A conquista da Amazônia Brasileira e seus reflexos na Segurança Nacional constituem os temas principais desta publicação.

O autor apresenta, inicialmente, um resumo histórico dos principais acontecimentos relacionados com essa conquista, desde os seus primórdios no século XVII até a primeira metade do século XX. Em seguida examina os fatores que vêm contribuindo para acelerar o desenvolvimento regional e ressalta as linhas de ação do governo para alcançar tal objetivo.

Tece considerações sobre deficiências de ordem técnica, educacional e econômica que entravaram as tentativas de colonização e faz algumas indicações agrônomicas que poderão concorrer para o êxito do gigantesco esforço de colonização que se desenvolve na atualidade.

Finalmente, expõe conceitos modernos de Segurança Nacional e examina os principais reflexos da ocupação da Amazônia na segurança do nosso País.

SUMMARY

This paper is basically concerned with the conquest of the Brazilian Amazon Region and its involvements in the National Security.

A historical outline of the most outstanding events connected with this conquest is presented, opening from the early 17th century up to the middle of the 20th century. The factors which have been contributing to the regional development are analysed together with the government policy to reach this purpose.

Considerations are presented on the technical, educational and economical aspects which hindered the past attempts to master the amazonian environment and new prospects for settlement are examined under the lights of agronomical advises that can contribute to the success of the huge efforts for settlement being developed nowadays.

Finally modern concepts of National Security are exposed as well as the main influences of the amazonian territorial occupation on the Brazilian National Security.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — BARRETO, Castro. População, Riqueza e Segurança. Biblioteca do Exército — Editôra, Rio, 1961.
- 2 — BENCHIMOL, Samuel. Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia. Edições Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 1966.
- 3 — BODSTEIN, Celso. Estrutura Militar Contemporânea. Rev. Segurança e Desenvolvimento, Rio, 1970.
- 4 — COSTA, Craveiro. A Conquista do Deserto Ocidental — Subsídios para a História do Território do Acre. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1940.
- 5 — CRUZ, Ernesto. Colonização do Pará. Edição do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, Belém, 1958.
- 6 — CRUZ, Ernesto. A Estrada de Ferro de Bragança. Edição SPVEA, Belém, 1955.
- 7 — DIAS, Catharina Vergolino. Pecuária Extensiva. Grande Região Norte, IBGE-CNG, Rio, 1959.
- 8 — DIAS, Catharina Vergolino. Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra, em 12 de maio de 1969.
- 9 — GENSCHOW, Fernando. Amapá — Um Estudo para Colonização. INIC, Rio, 1958.
- 10 — LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil, vol. 3.
- 11 — LIMA, Rubens Rodrigues. A Agricultura na Várzea do Estuário Amazônico. Boletim Técnico do IPEAN n.º 33, Belém, 1956.
- 12 — LIMA, Rubens Rodrigues. Estágio Atual dos Planos Agro-pecuários na Colônia Militar do Oiapoque. Publicação do Comando Militar da Amazônia, Belém, 1962.
- 13 — LIMA, Rubens Rodrigues. A Agricultura no Brasil. TT. 51-64, Escola Superior de Guerra, 1964.
- 14 — NOGUEIRA, Julio. A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, Imprensa Nacional, Rio, 1949.
- 15 — POMBO, Rocha — História do Brasil Vol. V. Benjamin de Aguiar — Editor — Rio, 1905.
- 16 — REIS, Arthur Cezar Ferreira — O Seringal e o Seringueiro. Serviço de Informação Agrícola, Rio, 1953.
- 17 — SOARES, Lucio de Castro. Amazônia. Conselho Nacional de Geografia, Rio, 1963.
- 18 — VALVERDE, Orlando e DIAS, Catharina Vergolino. A Rodovia Belém-Brasília — IBGE, Rio, 1967.

FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ

CORPO DOCENTE

PROFESSORES TITULARES

01	— Abnor Gurgel Gondim	—	Eng ^o . Agrônomo
02	— Alfonso Wisniewski	—	Q. Industrial
03	— Batista Benito Gabriel Calzavara	—	Eng ^o . Agrônomo
04	— Carlos Alberto Moreira de Melo	—	" "
05	— Eduardo Ferreira da Ponte	—	" "
06	— Elias Sefer	—	" "
07	— Eurico Pinheiro	—	" "
08	— Francisco Barreira Pereira	—	" "
09	— Geraldo Dalette Pinto de Lima	—	" "
10	— Geraldo Meira Freire Couceiro	—	" "
11	— Hilkiás Bernardo de Souza	—	Q. Industrial
12	— Humberto Marinho Koury	—	Eng ^o . Agrônomo
13	— Lúcio Salgado Vieira	—	" "
14	— Mário Dias Teixeira	—	Méd. Veterinário
15	— Natalina Tuma da Ponte	—	Eng ^o . Agrônomo
16	— Omir Corrêa Alves	—	Eng ^o . Civil
17	— Rubens Rodrigues Lima	—	Eng ^o . Agrônomo
18	— Virgílio Ferreira Libonatti	—	" "

PROFESSORES ASSISTENTES

01	— Alcia Melo e Silva Monteiro	—	Eng ^o . Agrônomo
02	— Alvaro Augusto M. Pantoja Pimentel	—	" "
03	— Fernando Carneiro de Albuquerque	—	" "
04	— Italo Cláudio Falesi	—	" "
05	— Jorge Coelho de Andrade	—	" "
06	— José Ribamar Ferreira dos Santos	—	" "
07	— José de Souza Rodrigues	—	" "
08	— Maria do Carmo Thomaz	—	" "
09	— Maria da Glória Cunha Aguiar	—	" "
10	— Miracy Garcia Rodrigues	—	" "
11	— Walmir Hugo Pontes dos Santos	—	" "

AUXILIARES DE ENSINO

01	— Ana Lúcia Tuma dos Santos	—	Q. Industrial
02	— Alberto Melo da Silva	—	Méd. Veterinário
03	— Antonio Cardoso	—	Eng ^o . Agrônomo
04	— Antonio Carlos Albério	—	" "
05	— Antonio Carlos de B. Mendes	—	" "
06	— Armando da Paz Puga Rebelo	—	" "
07	— Célio Francisco Marques de Melo	—	Q. Industrial
08	— Elson Gondim Pereira	—	Eng ^o . Civil
09	— Emir Chaar El-Husny	—	Eng ^o . Agrônomo
10	— Enilma Monteiro Silva Souza	—	Eng ^o . Florestal
11	— Ermino Braga	—	Méd. Veterinário
12	— Francisco das Chagas Uchôa Guerra	—	Eng ^o . Florestal
13	— Frederico G. Bartholo Mergulhão	—	Eng ^o . Agrônomo
14	— João Figueira Batista	—	" "
15	— João Paulo Pinheiro Coqueiro	—	" "
16	— José Fernando Lucas de Oliveira	—	" "
17	— José Luiz Moraes	—	Q. Industrial
18	— José Murilo Monteiro	—	Eng ^o . Agrônomo
19	— Luiz Magno Pinto Bastos	—	" "
20	— Manfred Willy Muller	—	" "
21	— Maria Bernadete Castro Rodrigues	—	" "
22	— Maria de Fátima Alves	—	" "
23	— Maria de Lourdes Reis Duarte	—	" "
24	— Maria Marly de L. S. Santos	—	" "
25	— Marlene Souza Lopes	—	" "
26	— Nely Reis de Menezes	—	Méd. Veterinário
27	— Nicolau Maués da Serra Freire	—	" "
28	— Orlando Bordalo Júnior	—	Eng ^o . Civil
29	— Orlando Shiguelo Ohashi	—	Eng ^o . Agrônomo
30	— Seihô Gushi	—	Eng ^o . Civil
31	— Tupinambás de Santana de O. Lima	—	Eng ^o . Agrônomo

CORPO TÉCNICO

01	— Cléa Eunice de Azevedo	—	Eng ^o . Agrônomo
02	— Gastão de Queiroz Santos	—	Eng ^o . Civil
03	— Maria de Nazaré Couto Silva	—	Eng ^o . Agrônomo



Composto e impresso na
GRÁFICA FALANGOLA EDITORA LTDA
Rua Osvaldo Cruz, 73
Belém - Pará